

INTRODUÇÃO

O município de Macau, localizado a 186 Km da capital do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, sempre teve uma importância estratégica para a implantação de empresas salineiras em seus arredores, primeiro por causa de sua localização e segundo pelo seu clima com baixa densidade pluviométrica durante o ano.

No início, a escolha do município pela indústria de extração de sal foi favorecida em grande parte pelos aspectos geográficos e climáticos do mesmo, além também do fato de o município ser uma terra pouco explorada economicamente que contava com uma mão-de-obra abundante e barata (imprescindível, por exemplo, para os períodos de colheitas de sal realizados por essa indústria).

Com o passar dos anos e as transformações ocorridas no mundo ao longo do Século XX, entre elas, as duas grandes guerras mundiais, a queda do keynesianismo, o surgimento do novo liberalismo, agora denominado de neoliberalismo, a reestruturação produtiva em meados das décadas de 1970 e 1990 (no Brasil) e os avanços tecnológicos surgidos neste período, houve uma enorme modificação na forma como as grandes multinacionais salineiras passaram a produzir, comercializar e empregar sua mão-de-obra dentro da produção.

Ainda levando em conta as transformações ocorridas no horizonte de tempo supracitado, outro fator importante a ressaltar refere-se ao processo de mecanização pelo qual atravessou a indústria salineira em meados das décadas de 1960 e 1970. A mecanização vista por um lado, elevou substancialmente a produtividade desta indústria a partir deste período, fazendo com que a mesma alcançasse lucros nunca vistos antes. Por outro lado, ao substituir o trabalho humano pelo de máquinas, trouxe também, o desemprego e a miséria para a classe operária, que nesse período passou a emigrar para outras cidades do Estado ou mesmo para outras regiões do Brasil em busca de um novo emprego e melhores perspectivas de vida.

Nos dias atuais, embora a presença da indústria salineira em Macau não seja tão visível como antes, em grande parte pela evolução econômica do comércio, dos serviços públicos e da Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS, tem ainda um papel de destaque na economia local através da geração de emprego e renda para os trabalhadores da terra.

Com base no que foi exposto antes definiu-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Qual foi a contribuição dada pela indústria salineira no tocante a geração de emprego no município de Macau entre a década de 1990 e início do século XXI e qual o

perfil dos trabalhadores dessa indústria?

Uma vez definido o problema da pesquisa, o presente estudo teve como objetivo principal analisar qual foi a contribuição no que se refere à geração de emprego no município de Macau no período de 1990 a 2004 e traçar um perfil da classe de trabalhadores salineiros a fim de descobrir como esta classe se encontra atualmente principalmente sob o aspecto sócio-econômico.

Os objetivos específicos do estudo foram os seguintes: a) identificar os trabalhadores dessa indústria segundo sua função, renda, experiência de qualificação e profissional; b) analisar os impactos da reestruturação produtiva sobre o número de empregos e sobre o perfil dos trabalhadores; c) comparar os níveis salariais dos trabalhadores dessa indústria com o de outras; e d) identificar a quantidade de trabalhadores avulsos dentro da indústria salineira de Macau.

O estudo teve como referencial teórico uma pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e sites que abordassem o assunto a ser analisado. De início, solicitamos as 2 maiores empresas salineiras mecanizadas, ambas localizadas em distritos do município, em Ilha de Santana e Imburanas respectivamente, uma relação com os nomes empregados que trabalhavam na produção, já que era nesse setor que queríamos investigar os efeitos da reestruturação produtiva, um dos objetivos específicos relacionados ao problema de estudo. Uma vez obtida a relação com todos os funcionários descobrimos o tamanho da população de trabalhadores salineiros, dado importante para obtermos o tamanho da amostra. De posse do tamanho da população, obtida por pesquisa de campo aplicamos a seguinte fórmula com base no método estatístico para obtermos o tamanho da amostra:

$$n = \frac{z^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{d^2 (N-1) + z^2 \times \hat{q} \times \hat{p}}$$

Onde z = nível de significância, que por sua vez vai ser igual a 1,96.

\hat{p} = corresponde a estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida, que por sua vez será 0,5.

\hat{q} = corresponde a outra parte da proporção e que tem como valor 0,5.

d = corresponde ao erro amostral, que nesse caso será de 10% ou 0,10.

N = corresponde ao tamanho da população, que nesse caso será de 264 trabalhadores.

Temos assim, pela fórmula que,

n = tamanho da amostra que se deseja obter.

Fazendo os devidos cálculos, tivemos como resultado uma amostra de 70 salineiros empregados dentro do processo de produção de sal.

De posse dos endereços dos trabalhadores e do tamanho da amostra fomos a campo para aplicarmos os questionários aos trabalhadores. O trabalho a ser desenvolvido foi difícil por várias razões. A primeira delas foi a difícil localização da residência de alguns trabalhadores, fato que foi resolvido, utilizando-se de muitas viagens com mototaxistas. A segunda dificuldade deveu-se ao horário de trabalho já que alguns salineiros trabalhavam em turnos diferentes. Nesse caso, traçamos uma estratégia de combinar com as esposas dos trabalhadores o melhor horário para podermos entrevistar seus maridos em suas residências, fato que acabou tendo êxito. Uma terceira dificuldade de aplicarmos os questionários aos trabalhadores esteve no próprio medo dos trabalhadores, que temendo que a nossa visita fosse uma atitude de sondagem por parte da empresa em que trabalhavam, acabaram não nos concedendo a entrevista. Em virtude desse contratempo tivemos de selecionar aleatoriamente outros trabalhadores, podendo assim ter sucesso nas entrevistas.

Com relação aos setores da empresa procuramos dividir a aplicação dos questionários da melhor forma possível, de forma a solucionar da melhor maneira possível o problema e os objetivos gerais e específicos do estudo. (Ver Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos questionários aplicados a trabalhadores das empresas salineiras no município de Macau/RN, segundo a função entre 2004 e 2005.

FUNÇÃO	EMPRESAS SALINEIRAS (nº de trabalhadores)	%*
Trabalho na colheita	27	39
Trabalho de ensacamento	35	50
Trabalho de conservação e Recuperação	2	3
Trabalho na esteira	1	1
Trabalho na empilhadeira	1	1
Trabalho no moinho	2	3
Trabalho no lavador mecânico	3	4
Total	70	100

Fonte: Pesquisa de campo: dez.2004/jan.2005.

* devido a diferença de arredondamentos o valor da percentagem não atinge os 100%.

A elaboração do questionário final passou por várias etapas, terminando o mesmo com um total de 25 questões entre perguntas abertas, fechadas e mistas. A pesquisa de campo, realizada entre os meses de dezembro de 2004 e janeiro de 2005, envolveu aproximadamente cerca de 18% da população total de trabalhadores na produção, estimada em cerca de 400 salineiros no município de Macau, entre todas as empresas salineiras. Este percentual se traduziu assim numa amostra representativa do público-alvo do nosso estudo.

O tema escolhido tem a ver com o nosso interesse de conhecer como se desenvolveu a geração de emprego da indústria salineira na atualidade dentro do município de Macau e, também, de entender como estão vivendo hoje os trabalhadores salineiros, uma classe que tem sido historicamente massacrada pelas empresas salineiras locais. O interesse pessoal advém do fato que de eu sempre querer entender como viviam os trabalhadores, de descobrir um pouco mais do seu padrão de vida, seu trabalho e também sobre a própria indústria salineira.

Apesar das limitações, à primeira vista, que este estudo possa oferecer, não constitui nosso objetivo esgotar qualquer possibilidade de expansão do tema. A intenção é que este estudo possa servir como base para que sejam desenvolvidos outros versando dentro da mesma linha de pesquisa. Esperamos contribuir de alguma forma para que a classe discente e docente, além é claro da sociedade do município de Macau possam conhecer de perto a realidade desigual, e por isso mesmo, urgente de mudanças que se passa com a classe de trabalhadores salineiros e o verdadeiro papel desempenhado pela indústria salineira dentro do município.

O trabalho encontra-se delimitado em três capítulos, além da introdução ora apresentada e também das considerações finais. No primeiro capítulo é apresentada uma visão do panorama econômico mundial entre 1970 aos dias atuais, visão essa que envolve as transformações na economia mundial entre 1970 e 1990, a reestruturação das empresas durante esse último intervalo de tempo e, ainda, a conjuntura econômica mundial na atualidade.

No segundo capítulo são tecidas algumas considerações a respeito da reestruturação produtiva no Brasil no último decênio do século XX até os primeiros quatro anos do século XXI. Nesse caso, faz-se uma análise interpretativa da economia brasileira durante esse período e, também da reestruturação produtiva, com enfoque no Brasil, durante o mesmo espaço de tempo, levando-se em consideração seus impactos e conseqüências dentro do processo produtivo e do mundo do trabalho.

No terceiro capítulo, apresenta-se uma discussão sobre a questão da reestruturação

produtiva em nível local entre o período de 1990 e 2004. Nesse capítulo, preliminarmente é apresentado o processo inicial a respeito das transformações produtivas da indústria salineira, quando a mesma ainda funcionava de forma artesanal, logo em seguida é feita uma análise das conseqüências da mecanização das salinas sobre o universo de trabalho e, por fim, nos dedicamos à análise descritiva explicativa dos dados colhidos em pesquisa de campo, de modo a deixar claro os resultados trazidos pelo processo de reestruturação produtiva da indústria salineira no município de Macau, levando-se em consideração principalmente a questão da geração de emprego e também do perfil da categoria dos trabalhadores salineiros.

1 O PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL DE 1970 AOS DIAS ATUAIS

1.1 As transformações mundiais da economia entre a década de 1970 e 1990

Desde a década de 1970, a economia mundial vem passando por transformações significativas, apresentando um panorama bastante mutável, se for comparada com a Era de Ouro do capitalismo, que se estendeu de 1945 a 1973.

Não sem motivos, na visão de um grande historiador como Hobsbawn (1995, p. 393) as décadas que compreenderam o período de 1973 a 1993 passaram a ser conhecidas como “*as décadas de crise*”.

Ao contrário da Era de Ouro do capitalismo, período na qual segundo Hobsbawn (*op. cit.*) foram eliminados por uma geração de mazelas como a pobreza, o desemprego em massa, entre outros, as décadas de crise viram renascer todos esses problemas, fazendo desabar todas as conquistas obtidas outrora.

Logo no início dos anos de 1970, a economia mundial foi atingida por dois grandes abalos: a crise monetária internacional e o primeiro choque do petróleo em 1973.

Com relação à crise monetária internacional, apesar da mesma só ter estourado por volta de 1973, quando neste mesmo ano também ocorre a crise do petróleo, as origens daquela remontam ao final da década de 1960.

A crise monetária internacional vai ocorrer entre fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, em decorrência da crise do padrão câmbio-ouro. De acordo com Beaud (1989, p. 332) essa crise vai surgir porque naquele momento “*incham-se os haveres em dólares no exterior, e certos governos preferem convertê-lo em ouro.*”. A falta de lastro para cumprir os acordos internacionais acaba gerando desconfiança entre os agentes econômicos levando ao aparecimento da crise monetária internacional e ao colapso do sistema de Bretton Woods com a substituição pelos Estados Unidos do padrão câmbio-ouro, baseado em taxas de câmbio fixas, pelo sistema de taxas de câmbio flutuantes no início de 1973. (Beaud, *op. cit.*); (Williamson, 1998).

A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro por volta de 1971 por parte dos Estados Unidos, as desvalorizações nos anos de 1971 e 1973 e a quarta guerra entre israelenses e árabes, em outubro de 1973, acabam por obrigar a Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo, OPEP, no mesmo ano, à decisão de reduzir as entregas e a aumentar os preços do petróleo. Os efeitos dessa alta de preços na economia mundial

acabam levando ao primeiro choque do petróleo em 1973 tendo como conseqüências na economia mundial a rápida ascensão do desemprego, a aceleração da inflação, a recessão, entre outros fatores. (Beaud, 1989); (Williamson, 1998).

Para fazer frente à crise econômica mundial instalada no início da década de 1970, os países capitalistas centrais passam a se utilizar notoriamente de políticas ortodoxas, políticas estas, “*que propunham a um só tempo combater a inflação e realizar o ajuste do balanço de pagamentos com taxas de câmbio flutuantes, quase sempre acompanhadas de políticas fiscais pró-cíclicas.*” (Tavares & Fiori, 1993, p. 25). O uso dessas políticas, por sua vez, acabam por levar a economia mundial a um período de depressão entre 1974 a 1976. (Brum, 1999).

Outros países como o Japão e os demais países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, para fazer frente às mudanças em curso no mundo tiveram que promover alterações tanto na sua política externa e nos seus fundamentos macroeconômicos quanto promover ajustes recessivos respectivamente. (Tavares & Fiori, 1993).

É importante ressaltar que após o primeiro choque do petróleo em 1973, vão entrar em crise também as chamadas políticas keynesianas, da chamada Era de Ouro e ganhar força as chamadas políticas neoliberais. Estas políticas só começam realmente a ter projeção mundial com os governos de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e em 1980 com Ronald Reagan nos Estados Unidos. (Pochmann, 1999). Em decorrência da ação dessas políticas, mas, não somente delas vai se disseminar o desemprego pelo mundo e se debilitar o movimento sindical e os movimentos sociais em geral, etc. (Santos, 1999).

A alta do preço do petróleo passa a atingir os países subdesenvolvidos, em particular o Brasil, num momento em que a economia brasileira vinha de um período de expansão elevada com o milagre brasileiro. Essa alta de preço foi maléfica para o Brasil, pois de acordo com Brum (1999, p. 357) “*provocou acentuado desequilíbrio (déficit) na balança comercial e no balanço de pagamentos com o exterior e revelou o alto grau de vulnerabilidade econômica do país.*”.

Diante da conjuntura econômica mundial naquele instante, o ideal seria que o Brasil seguisse a economia mundial adotando também políticas ortodoxas. Mas não era bem essa a estratégia que queria seguir o governo Geisel naquele momento. Para legitimar a continuação do governo militar, o governo Geisel optou por seguir na contramão da ordem mundial desenvolvendo o chamado Projeto Brasil-Potência, tendo suas linhas bases definidas através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Este Projeto visava manter o

Brasil num ritmo de crescimento econômico acelerado, através de um salto quantitativo, uma melhoria qualitativa do desempenho da economia, sobretudo da indústria, e, também da recondução do país aos quadros democráticos. Brum (1999, p. 356-359).

No geral, por um lado embora o projeto tenha levado à algumas distorções no longo prazo, por outro lado, cumpriu bem seu papel diante da crise mundial pois, segundo Brum (1999, p. 369) “*A economia brasileira manteve-se em crescimento (média de 6,9% ao ano), numa fase em que a economia mundial estava em recessão. Com isso, o país ficou mais rico e adiou-se por sete anos a crise econômica brasileira, que só estourou em 1981.*”.

Enquanto a economia brasileira mostrava-se em franco crescimento e gozava de relativo desenvolvimento econômico na década de 1970, o mesmo já não podia ser dito da economia mundial, a partir de 1979, quando a mesma passou a ser atingida por dois novos golpes, entre eles, o segundo choque do petróleo e a alta da taxa de juros nos Estados Unidos.

A partir de 1979, os preços do petróleo voltaram a subir, causando transtornos na economia mundial. Os principais problemas dessa elevação dos preços do petróleo foram: o aumento dos superávits e déficits das balanças de pagamentos nas principais economias mundiais e também a recessão econômica que atingiu os países industrializados do Primeiro Mundo entre 1979 e 1982, gerando problemas como declínio no comércio mundial e dificuldades de mercado. Williamson (1998); Brum (1999).

No Brasil, a recessão econômica ainda segundo Brum (1999) traduziu-se em queda da demanda pelos produtos das exportações brasileiras e numa acentuada deterioração dos termos de intercâmbio comercial, gerando perdas de US\$ 43 bilhões para o país.

Ainda no ano de 1979, os Estados Unidos, na tentativa de atrair capital externo para superar sua crise econômica, causada por problemas no balanço de pagamentos e pela decadência da moeda americana no mundo, decidiu aumentar unilateralmente a sua taxa de juros, além de também valorizar sua moeda.

Essas duas ações econômicas, principalmente a alta da taxa de juros, por parte dos Estados Unidos fizeram com que os governos europeu e japonês, temendo uma fuga de capitais em massa para os Estados Unidos, adotassem a mesma orientação.

O aumento da taxa de juros por parte do governo americano, transformou os Estados Unidos num grande absorvedor de liquidez internacional. De acordo com Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2002, p. 523):

Essa situação levou a um endurecimento dos credores com os países em desenvolvimento endividados, aumentou a dificuldade de obtenção de recursos, bem como encareceu a rolagem da dívida, (...). As conseqüências deste quadro foram a

situação de insolvência da Polônia e da Argentina e a moratória mexicana em setembro de 1982.

A economia mundial na década de 1980, assim como na década de 1970, foi marcada por novas turbulências e transformações que mais uma vez influenciaram na dinâmica do capitalismo.

Conforme foi descrito anteriormente a transição entre a década de 1970 e a década de 1980 foi marcada pela alta da taxa de juros norte-americana, pelo aperto monetário, e, já no início dos anos de 1980, pelo aprofundamento dos déficits públicos por parte do Governo Reagan, também nos Estados Unidos.

Já em 1982, surgiu um outro problema que passou a afetar as bases da economia mundial: a crise da dívida externa.

De forma geral, a crise da dívida externa surgiu com a decisão do governo americano de aumentar a taxa de juros, o que acabou provocando grande incerteza no cenário mundial, principalmente por parte dos países credores com relação ao recebimento das suas dívidas com relação aos países devedores. Neste contexto de insegurança e incerteza, o México, tomando a frente de outros países devedores resolveu decretar em agosto de 1982 a moratória por não poder pagar os juros da dívida externa. Esse fato acabou por levar à suspensão dos empréstimos por parte dos países credores aos países devedores, entre eles o Brasil, e, a exigência que os países devedores, nas suas negociações passassem a adotar planos de estabilização econômica, segundo as normas ortodoxas do Fundo Monetário Internacional. (Brum, 1999).

Com relação ao Brasil, a crise da dívida externa piorou o quadro decadente em que vinha se arrastando a economia do país. Como foi descrito antes, o II PND conseguiu adiar em parte que os efeitos da crise econômica mundial, iniciada com o 2º choque do petróleo até 1981, atingissem em cheio o Brasil. Esse plano, porém, não foi capaz de impedir que já no término da década de 1970, o país apresentasse problemas como uma elevada concentração econômica e de renda, grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, elevada dívida externa, crescimento explosivo da inflação, entre outros. O resultado desse quadro como ressalta Brum (1999, p. 388.) foi “*o colapso, a recessão, a crise*”.

Também com a crise da dívida externa, O Brasil, além de perder o controle sobre a gestão financeira e econômica do país passou de uma situação de receptor de capital externo para a condição de transferidor de capital líquido para o exterior. Esta inversão provocou uma verdadeira sangria financeira, dificultando a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis por mais de uma década.

Logo após a crise da dívida externa em 1982, a economia mundial passou a viver uma fase de recuperação. Esta recuperação, que não envolveu os países subdesenvolvidos, e, sim, somente os desenvolvidos, compreendeu o período de 1983 a 1987 e, segundo Santos (1999, p. 17) deveu-se a “*uma recuperação econômica criada a partir do aumento da demanda norte-americana, baseada na ampliação do déficit fiscal.*”.

Já a partir de outubro de 1987 até 1990, a economia mundial passa a ser atingida por um novo abalo. Esse abalo desenvolveu-se segundo Santos (1999) com o violento crash das bolsas de ações e do mercado financeiro internacional, fazendo com que desaparecesse num só dia cerca de 1 trilhão de dólares da economia mundial.

Em 1989, com a queda do muro de Berlim, símbolo da divisão mundial de até então, o mundo assistiu ao enfraquecimento do socialismo real e a queda dos regimes comunistas nos países do Leste Europeu e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa mudança provocou grande impacto no mundo moderno, pois segundo Pochmann (1999, p. 14) “*limitou a possibilidade concreta de alternativas radicais à esquerda*” e “*permitiu a aplicação de políticas neoliberais nos próprios países ex-comunistas.*”.

Além de ser um período de crises, os anos que compreendem às décadas de 1970 a 1990 marcam também o início de um novo movimento de reestruturação mundial das empresas, movimento este denominado reestruturação produtiva. É justamente no âmbito deste novo movimento que irão ocorrer as transformações e mudanças mais importantes que incidirão não somente no novo desenho e estrutura das empresas, mas, também no mundo do trabalho e no papel da classe que vive do trabalho.

1.2 A reestruturação das empresas entre os anos de 1970 e 1990

Como foi visto em tópico anterior a Era de Ouro entre 1945 e 1970 foi o período em que o capitalismo mais avançou em termos de acumulação, com a geração de lucros elevados para os empresários e, na divisão internacional do trabalho, com importantes conquistas para a classe trabalhadora, classe esta que esteve inserida na chamada sociedade de consumo em massa.

No entanto, uma vez concluído esse período, já no início dos anos 1970, importantes transformações começam a ocorrer no padrão de acumulação vigente, qual seja o fordismo, marcando com isso, intensas mudanças que tiveram efeito imediato na economia mundial, alterando sobremaneira as empresas e o mundo do trabalho.

As transformações que promoveram uma nova forma à atuação das empresas em todo o mundo na década de 1970 estão ligadas a uma série de acontecimentos inter-relacionados e complexos que definem uma nova fase do capitalismo na economia mundial. No entanto, para entender bem o que ocorreu nesta nova fase do capitalismo mundial torna-se necessário primeiro retroceder à meados da década de 1960 para que seja possível entender a dinâmica da acumulação capitalista no mundo.

De modo geral pode-se compreender o movimento executado pelas grandes empresas multinacionais, com o aumento da concorrência intercapitalista, como o primeiro passo para elucidar as mudanças que desencadeariam a crise do capitalismo já nos anos de 1970.

O aumento da concorrência intercapitalista, através do maior investimento direto no estrangeiro, segundo Kon (1999) derivou, sobretudo, da existência de disparidades nacionais, com a substituição das operações de exportações pelas da produção direta no exterior, particularmente no período de forte expansão da transnacionalização da década de 1960, paralelo à consecução de custos relativamente inferiores (não ligados diretamente à produção) em nações menos desenvolvidas; foi consequência da estrutura oligopólica dos mercados, que fez com que muitas empresas oligopolistas, temendo perder parcela do mercado já em nível mundial, seguissem a política das primeiras empresas; derivou também, do avanço tecnológico que provocou a multinacionalização de muitas empresas, como foi o caso das norte-americanas; e, dos custos de produção inferiores em alguns países, com relação a salários.

Este último fator principalmente na visão de alguns autores mostrou-se muito importante na mudança da visão empresarial no mundo entre as décadas de 1960 e 1970, funcionando inclusive também para acender o estopim que levaria ao aumento da concorrência intercapitalista ao seu ponto máximo.

Os custos de produção inferiores em alguns países foram tão importantes para acirrar a competição intercapitalista de empresas oligopolistas que Kon (1999, p. 110-111) chega a declarar que os mesmo representaram “*um incentivo preponderante para a aceleração da multinacionalização das empresas ocorrida na década de 60.*”

A análise dos custos de produção inferiores entre as nações como um fator de grande importância para o acirramento da concorrência das empresas multinacionais e, também, como responsável pelo desencadeamento da queda das taxas de lucro das empresas e, acumulação do capital entre os anos de 1960 e 1970 também é reforçada por Brenner citado por Antunes (2003b, p. 30; p. 31) quando o mesmo entende que,

A partir da segunda metade dos anos 1960, produtores de custos menores [Alemanha e especialmente Japão] expandiram rapidamente sua produção (...) reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de seus rivais. O resultado foi o excesso de capacidade e de produção fabril. (...) Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século, [a partir] do colapso de Bretton Woods entre 1971 e 1973.

É especificamente neste contexto de turbulentas relações capitalistas mundiais, com a queda das taxas de lucro das empresas, excesso de capacidade de produção fabril, aumento da competição entre grandes empresas multinacionais, crescente especulação financeira em detrimento de queda dos investimentos produtivos e crescimento do desemprego que vai ocorrer o fim da Era de Ouro e se iniciar a década das crises em 1970.

As crises do fordismo e do keynesianismo que marcam o início da chamada década das crises representam mais do que o fim de um modo de produção e de um sistema de regulamentação, elas representam uma nova etapa no capitalismo, sendo o que Antunes (2003b, p. 31) chama de “*a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo*”, pois passam a exprimir também “*uma crise estrutural do capital*”. Por expressão fenomênica entenda-se a resposta dada pelo capitalismo a sua crise estrutural, surgida em decorrência dos fatores já mencionados, através de uma reestruturação superficial, sem transformar as bases essenciais do modo de produção capitalista.

Um dos grandes problemas já derivados da crise desse binômio é sem dúvida o desemprego estrutural¹ que surge naquele instante segundo Antunes (2003b, p. 29) “*pela incapacidade [de o capital] de responder à retração do consumo que se acentuava*”. A respeito desse assunto trataremos mais adiante quando for abordado o toyotismo e, também, em capítulos seguintes.

É importante lembrar que em decorrência de nova fase do capitalismo originada com a crise do padrão fordista/taylorista surgirão novos fatores que repercutiram na reestruturação produtiva² das empresas entre os anos de 1970 e 1990. Entre esse fatores segundo Brum (1999, p. 445) estão a hegemonia do neoliberalismo, a globalização, a terceira revolução industrial, amparada na informatização, automação e na robotização e novas formas

¹ O desemprego estrutural, também conhecido como tecnológico, segundo Sandroni (2000, p. 168), é aquele que origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas).

² De acordo com Neto (2003, p. 60) a reestruturação produtiva consiste em um processo de mudanças tecnológicas (Informática, Automação, microeletrônica ou novas formas de gerenciamento da produção) que visa alcançar maior flexibilidade e integração interna e externa.

de gestão da produção como a qualidade total, a reengenharia, entre outras, fundamentadas no toyotismo.

A partir da década de 1970, com a crise do capitalismo, entra em decadência também o keynesianismo. Segundo Antunes (2003b) o desencadeamento da crise estrutural que abalou o capitalismo no início da década de 1970 levou também ao desmoronamento do mecanismo de regulação que vigorou durante o pós-guerra.

Com a crise do keynesianismo e o conseqüente enfraquecimento do poder do Estado na regulação dos mercados, passa a surgir após 1973, uma corrente econômica que defende a presença mínima do Estado na economia e auto-regulação dos mercados. Essa corrente denominada de neoliberalismo teve como principais defensores os economistas Milton Friedman e Friedrich von Hayek³.

O aparecimento do neoliberalismo acabou provocando mudanças que repercutiram diretamente sobre a estrutura das empresas e principalmente nos empregos. Se até os anos de 1970, o Estado tinha promovido políticas macroeconômicas de crescimento e pleno emprego, ao chegar a fase neoliberal o mesmo encontrava-se enfraquecido sendo segundo Pochmann (1999, p. 33) “*obrigado a reduzir o efetivo dos seus ocupados por força das políticas neoliberais de desregulação e redução do gasto público.*”.

A chegada do neoliberalismo de 1970 até os dias atuais passou a ser então um fator decisivo para o enfraquecimento do trabalho e o fortalecimento das grandes empresas, principalmente das multinacionais.

A globalização, elemento também muito importante na explicação na reestruturação das empresas a partir dos anos de 1970, aparece na literatura existente, só a título de esclarecimento, sob duas formas: a globalização produtiva e a globalização financeira. Segundo Neto (2003) a globalização representa o conjunto de transformações, na ordem política e econômica mundial, que vêm acontecendo nas últimas décadas, sendo o ponto central da mudança a integração dos mercados numa “aldeia global”, explorada pelas grandes corporações internacionais.

Em geral os principais efeitos da globalização sobre as empresas estão nos fortes movimentos de fusão e aquisição de empresas que envolvem fluxos financeiros internacionais; no aumento de contratos de transferências de *know how*, marcas, patentes,

³ Embora o neoliberalismo tenha ganhado força somente após a queda do keynesianismo em 1973, seus principais teóricos Friedrich August von Hayek e Milton Friedman já tinham publicados trabalhos antes defendendo a utilização desta corrente econômica para solucionar os problemas do mundo após a Grande Depressão de 1929. As principais obras destes autores foram respectivamente: O Caminho da Servidão escrita em 1944 e Capitalismo e Liberdade escrita em 1962. (Sandroni, 2000, p. 253; p. 279).

franquias e alianças estratégicas; na elevação dos riscos e volatilidade do investimento internacional e das economias nacionais (Gonçalves, 1998); numa “*intensa revolução nas tecnologias de informação, telefones, computadores e televisão.*” (Neto, 2003, p. 35); e, na disseminação do desemprego em escala mundial.

Outro fator muito importante que impulsionou o processo de reestruturação das empresas a partir de 1970 está ligado à chamada terceira revolução industrial que aqui aparece como uma parte correspondente das transformações decorrentes da mudança do fordismo/taylorismo para novas formas de acumulação flexível, como o toyotismo.

A explicação básica sobre esse relacionamento é a de que com o movimento de globalização, e, conseqüentemente da concorrência intercapitalista, muitas empresas multinacionais começaram a buscar novas formas de produzir, de maneira a aumentar a lucratividade e reduzir os custos. Para isso passaram a investir cada vez mais em alterações na base tecnológica através da informatização das linhas de produção, a implantação de robôs nessas linhas, a entrada da automação (o que convencionou-se chamar de terceira revolução industrial) e através também de novas formas de gestão empresarial com o sistema just-in-time, kanban, Círculo de Controle de Qualidade (CQC), reengenharia, entre outras.

Essa nova ofensiva da máquina capitalista, já que não tratou-se do fim definitivo do fordismo/taylorismo, mas, tão somente, uma passagem para novas formas de acumulação, entre elas o toyotismo, trouxe significativas alterações na gestão do processo produtivo.

Antes com o fordismo, as empresas possuíam uma produção em massa de bens homogêneos, de forma padronizada e uniformizada, contando com grandes estoques e sendo o processo produtivo feito com base numa integração vertical. O trabalhador ficava responsável apenas pela realização de uma única tarefa, possuindo por isso um alto grau de especialização no serviço, pouco ou nenhum treinamento no trabalho, pois cabia apenas a gerência científica a tomada de decisões sobre melhorias no processo de trabalho, e, ainda, ao trabalhador não era garantida nenhuma segurança no trabalho. Havia também com relação ao sistema de produção uma enorme rigidez nos investimentos tanto por parte do Estado como por parte da própria indústria que baseava sua produção em economias de escala e contava ainda com o Estado como grande agente regulamentador da economia. (Harvey, 1998).

Com o aparecimento do toyotismo muitas foram as mudanças ocorridas nas empresas. Para começar a produção que outrora era em massa passou a ser realizada em pequenos lotes; a padronização e uniformidade deram lugar a uma produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de produtos; a produção deixou de ter grandes estoques para passar a ser sem estoques, sendo voltada assim para atender a demanda; a integração deixou

de ser vertical para tornar-se quase vertical, através da subcontratação. Neste regime de acumulação, o trabalhador passou a realizar múltiplas tarefas, sendo por isso eliminada a demarcação de tarefas, passou a contar com um longo treinamento no trabalho e passou a ter uma grande segurança no emprego, no caso dos países capitalistas centrais, e, nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários nos mesmos países. Com relação ao papel do Estado nas relações empresariais este passou da regulamentação da economia para a desregulamentação dos mercados, apresentando também uma maior flexibilidade quanto aos investimentos produtivos, que com a crise do fordismo passaram a ser de responsabilidade também da iniciativa privada. (Harvey, 1998).

Se nas empresas dentro do processo produtivo tais mudanças mostraram-se renovadoras, para fortalecer a acumulação capitalista e tirá-la da crise em que se encontrava desde os anos de 1970, com o aumento das taxas de lucros das empresas, o mesmo não pôde ser dito para o mundo do trabalho.

Com as transformações ocorridas dentro do processo produtivo, o trabalhador que já via explorado o seu trabalho no regime fordista, passou a ter seu trabalho fortemente desvalorizado após 1970 com o toyotismo, através da reestruturação produtiva.

Para se ter uma dimensão dessa exploração, durante a Era de Ouro, período em que o fordismo mostrou sua força juntamente com as políticas keynesianas, o trabalhador contava com políticas públicas que garantiam pelo menos sua inserção numa sociedade de consumo em massa, contavam ainda com a presença de um emprego, sindicatos atuantes e que lutavam para garantir a manutenção pelo menos em parte dos seus direitos trabalhistas.

Com a substituição progressiva do homem pela máquina, cada vez mais o trabalhador passou a ser visto pelos capitalistas como um entrave ao processo de acumulação capitalista, na medida, em que este reduzia a margem de lucros dos mesmos, devido ao grande número de operários que eram empregados no processo produtivo. Para continuar com a sua geração de lucros e enfrentar uma concorrência que cada vez mais se expandia, os capitalistas optaram por aumentar o número de máquinas e reduzir o número de homens, gerando o chamado desemprego estrutural. Esse fato é comprovado por Antunes (2003) quando o mesmo ressalta que são características de um regime de acumulação flexível em 1973 traços como a divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica, ou como reflete Castillo citado por Antunes (2003b, p. 50) “*a eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas.*”.

Além do desemprego estrutural trazido pela introdução da tecnologia e de novas

formas de gestão no processo de produção, outros impactos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho segundo Antunes (2003b, p. 53) têm estado na,

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços, [no] aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; [na] precarização e terceirização da força humana que trabalha; [e na] destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num 'sindicalismo de empresa'. (Kelly citado por Antunes, 2003b, p. 53).

O primeiro impacto no mundo do trabalho citado acima, a desregulamentação dos direitos do trabalho, foi importante para o capital, pois serviu para enfraquecer a consciência da classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos, principal defensor dos trabalhadores até o período fordista/taylorista. Essa desregulamentação segundo Alves (2000, p. 70) ocorreu principalmente através de “*forte diferenciação dos estatutos, salários, das condições e dos interesses imediatos dos operários (...) (o que explica um dos aspectos da crise do sindicalismo)*”.

Outro grande impacto no mundo do trabalho diz respeito à fragmentação da classe trabalhadora sendo que segundo Alves (2000, p. 66) os principais aspectos sociais dessa fragmentação são “*a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural*”. Essa subproletarização tardia segundo Alves (2000, p. 78) seria “*constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados seja na indústria, seja nos serviços*”.

Quanto ao desemprego estrutural como foi comentado anteriormente ele deriva do aumento do número de novas tecnologias em detrimento da supressão do capital ou trabalho humano no processo produtivo. Este tipo de artifício tem sido utilizado até os dias atuais para aumentar o lucro das empresas em detrimento do aumento da precarização do trabalho e do grande número de desempregados que cresce a cada dia.

No que concerne à precarização e terceirização estas passam a ocorrer justamente como fatores inter-relacionados à desregulamentação dos direitos trabalhistas e fragmentação da classe trabalhista, levando o primeiro fator ao aumento do caráter precário das condições de trabalho e ao processo de deterioração das relações de trabalho (Mattoso, 2000, p. 8). A terceirização, por sua vez, tem dupla finalidade segundo Neto (2003, p. 68) servindo tanto para a “*redução do custo final do produto*” quanto para “*combater as organizações sindicais, na medida em que altera a categoria profissional de quem tem seu trabalho terceirizado*”.

Quanto ao último impacto anteriormente mencionado a destruição do sindicalismo de classe e a sua conseqüente transformação em sindicalismo de empresa, este passa a ter

papel importantíssimo na queda de braço entre os empresários e os trabalhadores.

Segundo Alves (2000, p. 65) a crise do sindicalismo moderno surge com o “*complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, cujo ‘momento’ predominante é o toyotismo*”. Ou em outras palavras, de acordo com Antunes (2003a, p. 74) surge pela “*crise do welfare state e a desmontagem das conquistas sociais da fase social-democrática*”.

É a partir da crise do fordismo e da explosão do operário-massa entre os anos de 1960 e 1970 que começa a surgir os primeiros passos da crise do sindicalismo que a rigor só vai explodir mesmo a partir da década de 1980.

Com foi citado acima, com a crise do fordismo ocorre uma grande onda de desemprego no mundo inteiro, desemprego este que segundo Santos (1999, p. 161) já “*havia alcançado seu auge nos anos 50 e 60*”. Essa onda de desemprego, ainda de acordo com Santos (1999) provoca uma grande erosão no movimento sindical juntamente com a crise econômica que se estende de 1973 até os dias atuais.

Já sofrendo enormes pressões tanto por parte dos empresários que pressionavam por uma parcelização da indústria taylorista/fordista entre outros fatores, quanto por parte dos sindicatos que mostravam-se incapazes de incorporar efetivamente o movimento das bases sociais de trabalhadores, chegando inclusive a operar contra os movimentos sociais de base operária e a favor do capital, ocorre a revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção. (Antunes, 2003b , p. 40-43).

Esse movimento de revolta do operário-massa vai ser o estopim para a crise do fordismo, além de ser determinante para a mudança no rumo da luta de classes, existente entre os empresários, os trabalhadores e, principalmente, os sindicatos que passam a sofrer uma crise de caráter estrutural. Várias são as transformações na esfera sindical a partir deste instante.

A crise do sindicalismo no mundo pode ser sentida por vários fatores entre eles: a) a diminuição das taxas de sindicalização na década de 1980 em países desenvolvidos; b) o aumento da distância existente entre os operários estáveis e precários e parciais, gerando a redução do poder dos sindicatos e o desmonoramento do sindicalismo vertical; c) a intensificação da tendência neocorporativa e; d) a redução do número de greves em vários países do centro. (Antunes, 2002, p. 79); (Antunes, 2003a).

A crise que atinge o sindicalismo vai ocorrer segundo Antunes (2003a, p. 73) num primeiro momento, na década de 1980, apenas nos países de capitalismo avançado, para em fins da década de 1980 e início dos anos de 1990, dada à dimensão globalizada e

mundializada das transformações em curso, atingirem também os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil.

As transformações produtivas no Brasil e suas conseqüências sobre o mundo do trabalho passarão a ser comentadas no segundo capítulo deste estudo.

As transformações decorrentes da reestruturação produtiva iniciadas na década de 1970 com a crise estrutural do capital estão ainda em curso e espalham juntamente com a ação das políticas neoliberais um horizonte bastante incerto e preocupante sobre o que Alves citado por Gomes (2001) chamou de uma nova “*ofensiva do capital*”. Ofensiva esta que, diga-se de passagem, embora seja incerta em relação ao padrão produtivo que será vigente nas próximas décadas, pelo menos uma certeza traz a de que nem o trabalhador e nem o mundo do trabalho serão os mesmos diante da crescente expoliação e precarização do trabalho humano que o atingiram tanto na sua materialidade quanto no seu sentido.

1.3 A conjuntura econômica mundial entre 1990 e 2004

Como foi visto em tópicos anteriores a economia mundial vem passando por enormes transformações desde a última crise estrutural do capital iniciada em 1970.

Estas transformações têm se refletido através de elementos como a crise do padrão fordista/taylorista e do keynesianismo no início da década de 1970, a crise monetária por volta de 1973, o primeiro e o segundo choques do petróleo em 1973 e 1979 respectivamente, a ascensão do neoliberalismo no início dos anos de 1980 e a crise da dívida externa em 1982.

Diante de um período marcado por tantas turbulências, crises e recessões cabe aqui uma pergunta: como tem se portado a economia mundial atualmente, mais precisamente entre a última década do Século XX e o início do Século XXI?

Pode-se dizer que o estado que atravessou a economia mundial nos anos de 1990 e atravessa hoje é um resultado ainda da crise estrutural de 1973 desencadeada pela crise do fordismo ou crise hegemônica dos Estados Unidos, da qual a onda originada pela globalização em suas várias instâncias, comercial, produtiva e financeira, constituiu seu traço mais forte. Alves (2002a) ressalta isto ao afirmar que “*A partir da mundialização do capital, em meados dos anos 70 do século passado, surgiu a ideologia da globalização (...)*”. A globalização, ainda segundo Alves (2002a), representava os interesses das corporações transnacionais e dos grandes fundos de investimentos privados, sedentos de uma valorização exacerbada.

O movimento da globalização que atingiu a economia mundial mais uma vez

passa a ter como centro dinâmico a economia norte-americana, tendo agora sob a forma dos movimentos especulativos de capital no mundo seu novo ponto de apoio.

Essa nova estratégia de expansão do capital das empresas, através da financeirização da riqueza inicia-se ainda nos anos de 1970, segundo Alves (2002b) com o “*rompimento do padrão ouro-dólar e dos acordos de Bretton Woods, além da instauração do câmbio flexível, a partir da recessão de 1973.*”.

O movimento da globalização, agora de roupagem financeira, que atingiu o mundo em 1980 contou ainda outras forças dinâmicas para se expandir e disseminar, sendo que entre as forças estavam segundo Alves (2002b) a difusão das políticas neoliberais, com os governos de Thatcher, Reagan e Kohl; o desenvolvimento da financeirização da riqueza já no início dos anos de 1970; e o toyotismo, que se espalhou pelo mundo capitalista já nos anos de 1980 e foi importante por que funcionou como uma ofensiva do capital sobre o trabalho.

A primeira onda da globalização de acordo com Alves (2002a) atingiu primeiro na década de 1980 os países industrializados da periferia, entre eles a Argentina, Chile, Brasil, entre outros e, depois, os países do Leste Europeu e a Rússia. O caso particular da reestruturação produtiva no Brasil será tratado no próximo capítulo deste estudo.

A face inicial da fragilidade do novo modelo apoiado na globalização financeira foi visto ainda na década de 1980 com o *crash* financeiro de 1987 que atingiu a economia americana e mundial naquele instante, fazendo desaparecer conforme foi relatado antes cerca de 1 trilhão de dólares em ativos variados. Essa crise financeira em 1987 estava associada ainda às pressões por parte do governo americano para diminuir seu gigantesco déficit fiscal.

A combinação do corte de impostos pelo governo americano somado com o gigantesco déficit em transações correntes segundo Stiglitz citado por Adriano (2003, p. 34) serviu para agravar ainda mais o rombo nas contas dos Estados Unidos, aprofundando assim, ainda mais a crise de hegemonia que recaía sobre a economia norte-americana.

Outro fato que alterou a dinâmica da acumulação capitalista na economia mundial na passagem dos anos de 1980 para os anos de 1990 foi o colapso do Leste Europeu ocorrido com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – U.R.S.S. em 1991. Este fato desencadeou uma série de mudanças no panorama do capitalismo já nos anos de 1990.

A queda do Muro de Berlim em 1989 foi importante para o capitalismo por três razões. Primeiro por que permitiu dar novo impulso à mobilidade de capitais e ao comércio internacional para espaços até então significativamente fechados. Segundo por que possibilitou alterar a agenda geopolítica da contra-revolução conservadora dos Estados

Unidos, possibilitando a expansão imperial norte-americana para o mundo árabe e reduzindo em parte os efeitos da crise hegemônica pela qual passara os Estados Unidos desde 1970. Em terceiro lugar essa queda serviu também para aumentar e para expandir os fluxos comerciais numa esfera nunca antes vista, possibilitando o desenvolvimento de novos locais de acumulação e comércio capitalista com os chamados blocos econômicos das quais são exemplos o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, NAFTA, a União Européia, o Mercado Comum do Cone Sul, MERCOSUL e, recentemente a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. (Rodrigues, 2003); (Alves, 2003).

A economia mundial ainda na passagem da década de 1980 para a década de 1990 foi abalada por mais um problema derivado da economia americana, levando a uma crise financeira muito maior já no início da década de 1990.

De acordo com Santos (1999), o governo americano preocupado com os efeitos trazidos pela crise estrutural do capital, que como foi anteriormente exposto, que tinha sua face fenomênica simbolizada pela crise do fordismo; diante da crescente onda de especulação financeira na década de 1980, e, pressionado pela sua situação de maior devedor mundial teve que alterar sua política macroeconômica em fins da década de 1980 e início dos anos de 1990 para tentar reverter o quadro crítico em que se encontrava a economia do país.

É nesse contexto de incertezas e tentando recuperar sua credibilidade junto às demais nações do mundo que os Estados Unidos promovem segundo Santos (1999) uma desvalorização de sua moeda entre 1989 e 1990 e também uma redução da taxa de juros. As conseqüências dessas medidas foram a recessão e o aprofundamento da crise que vinha se disseminando desde 1970, pois de acordo com Santos (1999, p. 168) “*generalizou-se a queda das taxas de crescimento nos países desenvolvidos e alguns chegaram a apresentar depressões acentuadas.*”.

A década de 1990 e os primeiros anos do Século XXI serão períodos marcados pela incerteza com relação aos novos rumos da economia mundial. De um lado, teremos o *boom* da economia norte-americana ao longo dessa década, paralelo a uma tentativa de o governo estadunidense superar a sua crise hegemônica, pelo uso do seu poderio militar contra a chamada guerra ao terror, supostamente promovida por alguns países árabes. Por outro lado, será fato marcante durante essa década e, mesmo, até já nos primeiros anos do Século XXI, a presença de sucessivas crises financeiras que repercutirão na economia mundial em datas mais recentes.

De forma geral pode-se afirmar que a expansão da economia americana na década de 1990 está ligada ao aumento da especulação financeira que como foi dito anteriormente

começou a tomar forma ainda na década de 1980 com o aumento da desregulamentação dos mercados em nível mundial promovido em grande parte pela ação das políticas neoliberais.

Ao entrar nos anos de 1990, mesmo apresentando sucessivos déficits desde os anos de 1980, a economia americana começa a funcionar como uma locomotiva para o restante da economia mundial através da aposta na chamada nova economia, baseada principalmente em investimentos em ações de empresas de alta tecnologia, as chamadas empresas pontocom.

Para autores como Beluzzo citado por Costa (2002, p. 18) a economia americana estaria vivendo desde 1990 uma nova fase com um novo ciclo econômico através da promoção da superalavancagem⁴ das empresas, o endividamento das famílias, a expansão inusitada do consumo e um déficit enorme de transações correntes, tudo isto, ressalta o autor, graças a enorme especulação financeira, feita às custas de estratégias empresariais temerárias, como as fusões, as aquisições, as recompras e as supervalorizações de ações das grandes empresas norte-americanas.

Foram estas supervalorizações das ações das grandes empresas norte-americanas ancoradas no excesso de desregulamentação dos mercados que levaram à crise financeira que só estouraria em 2001 nos Estados Unidos e, conseqüentemente, atingiria os demais países do mundo.

Segundo Stiglitz citado por Adriano (2003, p. 35) esse excesso de desregulação tomou conta da economia americana por que entre outras coisas “*afrouxaram-se demais as regras do sistemas financeiro como um todo.*”, ao permitir que a economia funcionasse com um “*ambiente regulatório errado, incentivos errados, informação errada, preços errados e alocação errada de recursos.*”.

Aliado a esse movimento de expansão da economia americana nos anos de 1990 com base no investimento em ações de empresas de alta tecnologia, o governo norte-americano também jogava suas cartas no plano de domínio militar, como forma de fortalecer seu poderio pelo mundo.

Nesse sentido, os Estados Unidos juntamente com alguns aliados, entre eles a Inglaterra e a França, embarcaram na tentativa infrutífera de dominar o mundo pela força bruta, tanto através de domínios de territórios estratégicos como foi o caso Kuwait, Iraque e Afeganistão, como através do incentivo de golpes de Estado como no caso da Venezuela. No entanto, em nenhum dos casos a ação imperialista dos Estados Unidos e seus aliados foi bem

⁴ O termo alavancagem segundo Sandroni (*op. cit.*, p. 19; p. 20) diz respeito a relação entre endividamento de longo prazo e o capital empregado por uma empresa.

sucedida já que devido a estas guerras, aumentaram as ondas de movimentos anti-globalização e também o terrorismo.

Além do desempenho da economia norte-americana nos anos de 1990 e sua tentativa de manter sua hegemonia através da força no plano militar, outro fato também veio a abalar a economia mundial entre a década de 1990 e os primeiros anos do Século XXI, a sucessão de crises financeiras espalhadas pelo mundo.

As sucessivas crises financeiras que se consolidaram na década de 1990 fazem parte, segundo Alves (2002b) da “*nova onda da globalização*”, qual seja a globalização financeira.

A segunda crise financeira, a primeira já foi citada anteriormente entre 1989 e 1990, dos anos de 1990 ocorre no México por volta de 1994. De acordo com dados do Almanaque Abril (2004) essa crise está ligada a abertura comercial desenfreada do México naquele instante. Essa abertura se torna nociva na medida em que agrava o déficit na balança comercial. Some-se a isso uma fuga de capitais no fim do mesmo ano tendo como resultado uma desvalorização de 40% na moeda do país e, então teremos os ingredientes da crise mexicana.

A terceira crise financeira a atingir a economia mundial na década de 1990 é a crise do sudeste asiático, em 1997. A crise do sudeste asiático segundo Santos (1999) ocorre quando a expansão econômica dos países que compõem o sudeste asiático, entre a Coreia, Tailândia, entre outras é contida em consequência da retração do seu principal mercado importador, os Estados Unidos, e, também quando a competição chinesa consegue boa parte do mercado desses países. Esses fatos em conjunto elevam as incertezas dos principais credores internacionais, fazendo com que bancos do sudeste asiático, entre eles, o japonês, por exemplo, tenham perdas estimadas de cerca de um trilhão de dólares. (Marim, n.d.).

A quarta crise financeira dos anos de 1990 refere-se à crise russa ocorrida em 1998. De acordo com Tavares (1998), a crise teria se originado devido ao programa de reestruturação da dívida interna da Rússia. Nesse sentido conforme revela Tavares (n.d.) e a Agência Estado citada por Tavares (1998):

O esquema de reestruturação da dívida interna do governo russo (US\$ 32 bilhões, um terço dos quais em mãos de investidores estrangeiros) "decepcionou o mercado" ao proibir a negociação dos títulos e estender compulsoriamente seus prazos para 3 a 5 anos, com taxas de juros entre 30% e 20% (no semestre passado os juros chegaram a atingir a marca de 150%). Segundo alguns analistas, as medidas representam um calote de cerca de 70% nos investidores da bolsa russa que despencou (-11,81%) e aumentaram as pressões sobre o rublo, obrigando o governo a cancelar o câmbio oficial 'por algum tempo'. (...) A instabilidade se propagou por todas as bolsas do mundo, que fecharam em baixa na Ásia e na Europa.

Assim, percebe-se que a crise russa não passou de uma grande moratória decretada pelo governo daquele país para sair do aperto financeiro em que se encontrava aquela economia que como muitas ex-nações socialistas estavam financeiramente abaladas pelos constantes solavancos atravessados pela economia mundial naquele instante. A instabilidade financeira das ex-economias socialistas, entre elas a Rússia, também pode ser atribuída à queda do regime socialista e a implantação muito rápida da economia de mercado entre a década de 1980 e 1990 por Gorbachev no mesmo país.

A crise da Argentina em 1998, mesmo ano da crise russa, é a quinta crise financeira a atingir a década de 1990. Na realidade a crise da Argentina surge em decorrência tanto de fatores internos quanto de fatores externos.

Com relação ao fator interno desde 1991, o governo argentino tinha introduzido no país o regime de *currency board*. Por esse sistema monetário o peso, moeda corrente da Argentina passaria a ser fixado rigidamente ao dólar. Ao tomar essa decisão, automaticamente o governo argentino passou a perder o controle de suas taxas de juros, fazendo com isso com que a economia Argentina ficasse à mercê das flutuações da economia internacional e o país passasse maus momentos no período de recessão entre 1996 e 1997, provocada pela crise mexicana.

Com relação ao fator externo, até 1995, a economia depois de introduzir o regime de *currency board* ia bem. No entanto, por volta entre 1996 e 1997 o país entrou em recessão devido as sucessivas crises, que conforme foi explicado antes, atingiram o mundo. Assim, a perda do controle da taxa de juros por parte do governo argentino, somado ao quadro de recessão no país e de sucessivas crises pelo mundo serviu ainda mais para aumentar o medo dos investidores, levando a crise financeira da Argentina em 1998.

A última crise financeira a atingir a economia mundial na década de 1990, ocorre em 1999, no Brasil. Pode-se dizer resumidamente que esta crise ocorreu pela demora de o governo brasileiro mexer na política cambial num cenário de incerteza da economia mundial naquele instante, concomitantemente com o efeito contágio das outras crises financeiras que ocorreram na economia mundial ao longo dos anos de 1990. Notadamente entre 1994 e 1999, o Brasil chegou a possuir três sistemas cambiais diferentes. A crise financeira brasileira, ocasionada pela demora de o governo intervir no câmbio, custou ao Brasil muito caro, gerando um prejuízo de cerca de US\$ 10 bilhões em perda reservas cambiais. (Brum, 1999).

São todas essas transformações econômicas mundiais entre o período de 1970 aos dias atuais, juntamente com as modificações ocorridas no padrão produtivo das empresas que

serão as responsáveis por substanciais alterações na dinâmica da economia brasileira, em particular aqui no âmbito das empresas e do mercado de trabalho.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL ENTRE 1990 E 2004

2.1 A economia brasileira entre os anos de 1990 e 2004

A economia brasileira vem passando por profundas transformações em seu modelo de desenvolvimento desde fins de 1970, transformações essas que refletiram significativamente na condução da economia do país nas décadas seguintes.

A análise do modelo de desenvolvimento deve ser entendida pela crise que se instalou no país na década de 1980 e início dos anos de 1990. Os principais elementos explicativos dessa crise são: a) o esgotamento do projeto de desenvolvimento implantado no país a partir da década de 1930, esgotamento que surge em decorrência do esgotamento da matriz industrial, da crise da dívida externa, do redirecionamento do capital internacional e da falência do Estado; e b) a falta de um novo projeto nacional, em razão da falta de capacidade das elites brasileiras de perceberem o esgotamento histórico do modelo de desenvolvimento e também de formular um novo projeto nacional para viabilizar o país nas décadas seguintes. (Brum, 1999).

A crise da dívida externa em 1982 também serviu ainda mais para agravar a crise já existente. Com a crise da dívida externa em 1982, o Brasil perdeu o crédito externo e permaneceu praticamente à margem do fluxo financeiro internacional, deixando de receber investimentos importantes para promover o desenvolvimento da nação num momento que o país mais precisava.

Entre as conseqüências básicas da crise brasileira no período estão: a redução do ritmo econômico; descontrole inflacionário; deterioração dos serviços públicos; paralisação de obras públicas; especulação financeira; concentração de renda; agravamento dos problemas sociais entre outras coisas. (Brum, 1999). A década de 1980 devido ao baixo crescimento econômico foi chamada de década perdida.

Foi num cenário de profundas mudanças no mundo, como foi ressaltado no Capítulo 1, e, de crise econômica persistente, que o Brasil chegou à década de 1990.

Aqui vale uma reflexão importante até a década de 1980, o Estado era o grande maestro a conduzir a economia e suas intempéries. No entanto, com a crise pela qual atravessou o país entre o período já assinalado, a globalização, e a crescente ascensão das

políticas neoliberais ainda nos anos de 1980, o quadro político-econômico brasileiro mudou drasticamente no início da década de 1990. Apesar de ser considerada uma década perdida, a década de 1980, também obteve ganhos como a abertura econômica em 1986 com a eleição de um presidente não militar após mais de 20 anos de ditadura, o presidente José Sarney e, a Promulgação da Constituição de 1988.

Até a década de 1980, conforme afirma Rego & Marques. (2003, p. 203) “a política econômica brasileira caracterizara-se pelo ajuste determinado pela crise de endividamento externo, intensificada no começo da década.”, sendo a política de comércio exterior fortemente voltada neste período para a obtenção de superávits comerciais, por meio da contenção de importações, através de medidas não tarifárias e, incentivos às exportações.

A passagem da década de 1980 para a década de 1990 foi marcada de acordo com Rego & Marques (2003, p. 204) por um “quadro de instabilidade e recessão, indefinição de política econômica e descontrole inflacionário, ao sabor da **política do feijão-com-arroz**⁵ do ministro Máílson da Nóbrega, no governo Sarney.”.

Foi justamente diante desse quadro de instabilidade, instabilidade essa que fez com que grande parte dos setores da economia brasileira se encontrassem numa situação de atraso tecnológico em comparação aos padrões internacionais, e, tentando controlar a inflação, que surgiu a figura do presidente Fernando Collor de Mello.

A partir desse governo houve uma significativa alteração não só da condução e execução da política econômica brasileira, mas, também uma expressiva alteração no projeto nacional de desenvolvimento, que deixava de ter o Estado desenvolvimentista do período de Getúlio Vargas como indutor do desenvolvimento para dar lugar a um Estado com viés apenas mantenedor das funções básicas da nação. A partir daquele instante era a iniciativa privada, nacional e multinacional, e não mais o Estado a principal responsável pela regulação da atividade econômica do país.

Basicamente a política econômica na década de 1990 foi direcionada para duas vertentes a abertura da economia brasileira e o combate à inflação. Já no primeiro governo brasileiro dos anos de 1990 pode-se vê claramente a presença desses dois elementos.

A entrada do presidente Fernando Collor de Mello, empossado em 1º de janeiro de 1990, significou uma nova dinâmica para os rumos da economia e da política nacional. Segundo Brum (1999) “o governo Collor marcou o início de um novo rumo no processo de desenvolvimento brasileiro”, pois foi com ele que “ocorreu a ‘adesão do Brasil aos

⁵ De acordo com Rego & Marques (2003) essa política recebeu essa denominação justamente pela ausência de estratégias mais definidas no conjunto das medidas adotadas, que se restringiam a não intervir no mercado.

postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington'."⁶ (Batista citado por Brum, 1999).

Como foi visto anteriormente, o governo de Fernando Collor representou um novo rumo na condução da política econômica brasileira. Cabe a pergunta: Qual foi esse novo rumo?

Ao iniciar seu governo, Fernando Collor tinha como principais desafios no plano econômico respectivamente o controle da inflação, o equacionamento da dívida externa e a formulação de uma política econômica factível. Sua mudança de rumo ou guinada econômica estava embasada no pensamento neoliberal e consistia na reorientação, conforme foi comentado anteriormente, do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado. Essa redefinição do papel do Estado basicamente significava substituir o mesmo pelo setor privado nacional e internacional na condução dos rumos da economia. (Brum, 1999).

A ação do governo Collor no plano econômico foi praticamente feita através de dois planos econômicos, o Plano Collor I e o Plano Collor 2 que foram utilizados para combater a inflação, mas estes acabaram fracassando devido a uma série de medidas erradas tomadas pelo governo, entre elas o confisco de 70% dos depósitos à vista, fato que acabou foi provocando o aumento da impopularidade do governo.

O governo Collor ainda seguindo os interesses propostos no ideário neoliberal do Consenso de Washington promoveu uma abertura unilateral do mercado brasileiro ao eliminar os obstáculos não-tarifários, substituir a proibição de importações por tarifas alfandegárias e adotar uma estratégia relativamente veloz de redução progressiva das tarifas. Com essas ações o governo fragilizou mais ainda a economia brasileira frente ao capital internacional. Esse conjunto de medidas adotadas por Collor basicamente objetivaram: desregulamentar a economia; promover o processo de abertura da economia brasileira; tornar o país atrativo aos investimentos externos e reduzir o tamanho e a presença do Estado na economia entre outras coisas. (Brum, 1999).

De acordo com Rego & Marques (2003) a abertura indiscriminada da economia brasileira sem mecanismos de salvaguardas para a indústria nacional provocou uma profunda reestruturação industrial, trazendo por um lado benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços e promovendo um choque de modernização no parque industrial brasileiro, e, por outro lado, gerou enorme desemprego e prejuízo aos produtores

⁶ De acordo com Rego & Marques (2003) o Consenso de Washington refere-se a um decálogo de medidas liberalizantes e de ajustes sugerido para reformas nos países em desenvolvimento, concedido no âmbito de organizações sediadas ou vinculadas a Washington, como o Fundo Monetário Internacional, FMI, e o Banco Mundial.

locais frente à concorrência internacional.

Esse conjunto de ações acabou por levar à economia brasileira à recessão no período de 1990 a 1992 com queda de 10% do Produto Interno Bruto, PIB; fechamento de órgãos públicos gerando um grande número de desempregados em decorrência disso; queda dos salários reais e somado a denúncias de corrupção no governo Collor, ao *impeachment* do presidente em outubro de 1992, assumindo em seu lugar o seu vice Itamar Franco. (Rego & Marques, 2003).

O governo do presidente Itamar Franco iniciado após o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, representou um período de transição para a era de Fernando Henrique Cardoso em 1995 servindo para fundamentar a preparação de terreno para um passo mais importante, a implantação do Plano Real.

Os compromissos que marcaram a orientação desse governo estiveram ligados ao resgate da ética na administração pública e na política e a preparação do país para a implantação de um plano de estabilização econômica, com possibilidade de sucesso. (Brum, 1999).

O programa de ação governamental de Itamar Franco ganhou consistência, pois o mesmo vinha atravessando dificuldades na área política, quando Fernando Henrique Cardoso, FHC, assumiu o Ministério da Fazenda e implantou o Programa de Ação Imediata, PAI, programa esse que tinha como algumas de suas linhas-mestras: o combate rigoroso e o controle da inflação e o aprofundamento da abertura da economia brasileira, já iniciada com Collor. Para garantir a implantação do programa de combate à inflação e estabilização da moeda, foram adotadas medidas como o abandono da política recessiva do período Collor, a redução do déficit público com a redução dos gastos e aumento da arrecadação, o aumento das reservas cambiais e a conclusão do processo de renegociação da dívida externa através do Plano Brady. (Brum, 1999).

A fase de preparação para a implantação do plano estendeu-se até o segundo semestre de 2003 quando o mesmo foi implantado.

Exatamente em 7 de dezembro de 1993 era anunciado o Plano Real, tendo como objetivos principais: promover a estabilidade da moeda e a recuperação de sua confiança, atacando as causas básicas da inflação. (Brum, 1999).

A execução do Plano Real foi ministrada em três fases: a primeira compreendeu um ajuste fiscal, através da contenção dos gastos, aumento da arrecadação e criação do Fundo Social de Emergência – FSE. A segunda fase compreendeu a implantação da Unidade Real de Valor – URV e destinou-se a promover o alinhamento de preços, valores e contratos. A

terceira fase serviu para o governo lançar a nova moeda chamada Real, eliminando a URV e quase todos os índices de indexação da economia, acabando assim qualquer mecanismo que provocasse uma inflação inercial. (Brum, 1999).

Fazendo as contas o Plano Real cumpriu bem seu propósito principal, que era de controlar a inflação e ainda proporcionou melhora do poder aquisitivo das camadas mais carentes da população e também ganhos para as grandes empresas que se reestruturaram e se modernizaram. (Brum, 1999). De outro lado, o êxito no combate a inflação e as demais conquistas tiveram um preço bastante alto para o desenvolvimento e crescimento sustentado da economia brasileira ao longo não só da década de 1990 como ao longo dos primeiros quatro anos do Século XXI, pois levou à perdas para as exportações, a deterioração das contas externas e ao aumento da vulnerabilidade externa na nação (Brum, 1999); elevou o desemprego até o primeiro semestre de 2004 entre outras conseqüências negativas (Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior, 2002).

A orientação do governo FHC esteve voltada para a inserção competitiva do Brasil no mundo, sendo que essa no plano econômico se deu pela inserção do país no capitalismo moderno. Ele fez a inserção ao promover o choque do capitalismo nas empresas nacionais, levando muitas a falências (Brum, 1999), ampliou o processo de privatização das empresas estatais iniciado com Collor, a redução de tarifas de importação, o aumento do investimento externo direto mais na esfera especulativa do que produtiva, entre outras coisas negativas para a economia brasileira.

Com relação à questão da condução e administração da política econômica seu compromisso maior esteve voltado não para a redução das desigualdades sociais, promoção de uma ampla reforma agrária e outras reformas ou tão somente para a melhoria do parque industrial brasileiro, mas a estabilização da economia com o controle da inflação.

O balanço dos “exuberantes anos 90” para usar uma expressão utilizada por Stiglitz (2003) no Brasil permite avaliar melhor o comportamento da economia brasileira ao longo dessa década.

De início pode-se dizer que a década de 1990 para a economia brasileira constituiu-se numa segunda década perdida, muito mais até que a década de 1980 quando a economia do país foi atingida pela crise da dívida externa. De acordo com Mattoso (2000) o desempenho econômico da década de 90 não somente foi a metade do ocorrido nos anos 80 como foi o pior do século, passando o PIB de 7,1% nos anos de 1950, para 2,9% em 1980 e 1,5% já na década de 1990. Ainda segundo Mattoso (*op. cit.*) a raiz desse desastre esteve na política econômica aventureira dos governos Collor e FHC, baseada no tripé abertura

econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do real e juros elevados, tendo por consequência, assim, um crescimento econômico medíocre e uma profunda desestruturação produtiva, com efeitos negativos principalmente para o mercado de trabalho.

Além do baixo desempenho da economia nos anos de 1990, o país não construiu o cenário econômico ideal para fortalecer tanto o mercado interno quanto sua presença no setor externo. Não realizou reformas importantes que serviriam para criar condições de melhorar o programa de estabilização, recuperar as finanças públicas e criar condições favoráveis à retomada segura do desenvolvimento. Essas reformas seriam a reforma administrativa que serviria para sanar as contas públicas; a reforma da previdência social necessária para reduzir seus gastos e reestruturar a mesma; a reforma tributária e fiscal que serviria para simplificar o sistema tributário, corrigir distorções no mesmo e definir com mais clareza as áreas de atuação da União, Estados e municípios e aumentar a arrecadação (Brum, 1999); a reforma agrária imprescindível para promover a justiça social pela democratização do acesso a terra a milhares de pessoas pobres, gerando assim a expansão do mercado consumidor interno e o desafogamento dos grandes centros urbanos, entre outras.

O Brasil também nos anos de 1990 e mesmo nos anos que se seguiram não logrou construir um projeto nacional de desenvolvimento, antes, submeteu-se passivamente ao ideário neoliberal proposto, como dito outrora, pelas regras do Consenso de Washington. De acordo com Cano (2000) a construção de um projeto nacional para o país nas condições que o mesmo se encontra atualmente passaria pela ruptura com o modelo atual, neoliberal, pela retomada da soberania nacional e pelo manejo da política econômica, transitando para outro modelo com alto crescimento da renda e do emprego, voltado principalmente, mas não exclusivamente, para o mercado interno e a população de baixa e média renda e, por fim, por uma renegociação segura para o país da dívida externa.

A política econômica brasileira já no início do Século XXI tem se mostrado uma continuação da política econômica dos anos de 1990. A política econômica implantada no segundo governo FHC esteve baseada no tripé câmbio flutuante com plena mobilidade de capitais, isto é, liberalização financeira externa; regime de metas de inflação com banco central autônomo e regime de metas para os superávits fiscais primários. O objetivo desse tripé foi de acumular uma grande reputação perante os mercados financeiros domésticos e internacional, ou em outros termos, promover a retirada da capacidade de o governo intervir na economia através do uso de políticas monetárias, cambial e fiscal. Esse conjunto de intenções na área econômica foi denominado pelos economistas como Plano A. (Sicsú, 2003).

Ao assumir o governo em 1 de janeiro de 2003 com cerca de 60 milhões de votos, Luís Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico e ex-líder sindical encontrou um Brasil devastado por uma forte desertificação econômica e social (Antunes, 2004a) herdada do governo FHC. Por sua história de lutas contra a opressão da classe operária, o povo brasileiro ao eleger o novo presidente achou que o rumo do Brasil tinha mudado a partir daquele instante, fato que acabou não ocorrendo.

Uma vez tendo assumido a presidência, as esperanças da nação brasileira foram vencidas pelo medo. O povo brasileiro queria e desejava rapidamente, devido, a situação grave de desemprego no país, por uma ruptura com o modelo neoliberal adotado pelos presidentes Collor e FHC, coisa que Lula não fez. Ao invés de criar um plano de desenvolvimento econômico alternativo para o país com políticas econômicas ativas e potentes (Sicsú, 2003), baseadas na concepção keynesiana de intervenção estatal na economia, com aumento do crédito, do emprego, da elevação dos investimentos em infraestrutura e também um ajuste fiscal, plano que foi denominado de Plano B, Lula que trazia a insígnia do Partido dos Trabalhadores escolheu dar continuidade ao projeto neoliberal da década anterior, aprofundando para isso o Plano A de FHC, transformando-o no Plano A+.

Ao pensar dessa forma o governo privilegiou o FMI e os mercados financeiros doméstico e internacional que foram as únicas parcelas ganhadoras desse processo. Por outro lado, sacrificou a população com salários em queda, aumento do desemprego e programas sociais sem profundidade (Sicsú, 2003). Mais importante então para o governo Lula era conseguir garantir a mesma reputação e credibilidade junto ao capital financeiro conseguidas com FHC, em sua maior parte representada por grandes bancos, empresas multinacionais e outras instituições como o FMI, o Banco Mundial entre outras. Perdeu-se assim a ideologia política que norteava e que fora a bandeira de luta do Partido dos Trabalhadores ao longo de décadas e com ela o fim do sonho brasileiro.

2.2 A reestruturação produtiva brasileira entre 1990 e 2004 e suas conseqüências

Como foi dito em parte anterior deste trabalho até fins de 1970 o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro foi caracterizado pela última etapa do processo de substituição de importações. Até esse período foi desenvolvida uma estrutura produtiva direcionada para dois lados, sendo que segundo Antunes & Silva (2004b, p. 15):

[uma] voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo, [enquanto que outra estava voltada] para desenvolver a produção para exportação, tanto de produtos primários, quanto também de produtos industrializados.

Ainda segundo Antunes & Silva (2004b, p. 15) no que se refere à dinâmica interna do modelo, o padrão de acumulação deste estruturou-se “*através de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e de fortíssima intensidade em seus ritmos.*”.

No Brasil a reestruturação produtiva pode ser periodizada em três momentos: a) antes de 1980 ou na passagem dos anos de 1970 para os anos de 1980; b) durante os anos de 1980; e c) de 1990 em diante.

Alguns autores a partir da passagem da década de 1970 para a década de 1980 já entendem a existência da implementação do modelo japonês, toyotismo, no Brasil, sendo este modelo a fonte de inspiração da reestruturação produtiva no país. De acordo com Druck citada por Gomes (2001) a primeira fase desse modelo ocorre na passagem dos anos 1970 para os anos 1980 e tem, na prática dos Círculos de Controle de Qualidade (CQC's), a forma mais difundida.

Já nos primeiros anos de 1980 segundo Antunes & Silva (2004b, p. 16) eram dados “*os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nosso país*”.

Esses primeiros impulsos segundo Druck citada por Gomes (2001) vão marcar no Brasil do início dos anos de 1980, a segunda fase da implementação do modelo japonês no país com concentração no complexo automotivo, através de traços como a ampliação da informatização produtiva, a introdução dos primeiros princípios de usos do sistema *just-in-time* e dos chamados métodos participativos, ou seja, mecanismos que procuram o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas entre outros. (Antunes & Silva, 2004b).

Com esta série de mudanças em curso ainda nos anos primeiros da década de 1980, outras transformações começavam a serem desenvolvidas dentro do âmbito organizacional. De acordo com Antunes e Alves citados por Antunes & Silva (2004b, p. 17),

Iniciava-se, ainda de modo incipiente, o processo de liofilização organizacional, cujos determinantes foram: a) a necessidade de as (SIC) empresas brasileiras buscarem sua inserção na competitividade internacional; b) as ações das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em alguma medida inspirados no “toyotismo” e nas formas flexíveis de acumulação; c) a necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo, que procurava estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho e que teve forte traço de confrontação, desde as históricas greves do ABC paulista, no pós-78.

Esse processo de reestruturação produtiva nos primeiros anos de 1980 de acordo com Antunes & Silva (2004b, p. 17) basicamente “*caracterizou-se pela redução de custos através da redução da força de trabalho, de que foram exemplo os setores automobilístico e o de autopeças e, posteriormente, os ramos têxtil e bancário, dentre outros.*”.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil na segunda metade dos anos de 1980 alicerçado pela recuperação parcial da economia no período foi marcado pelo aumento da dinamização do processo neste período dentro do setor produtivo. Diante disso conforme ressalta Antunes & Silva (2004b, p. 17-18) “*ampliaram-se as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico.*”. De acordo com Gomes (2001) até os anos de 1980 o processo de reestruturação produtiva no Brasil será marcado pela resistência do empresariado a implementação de métodos e técnicas no processo produtivo, quadro que tende a se alterar substancialmente nos anos de 1990.

De acordo com Gomes (2001) os anos de 1990 compreenderam o terceiro período de implantação do modelo japonês no Brasil, sendo que neste período é inaugurada a década da qualidade para todos os setores produtivos de bens e serviços, havendo ainda, uma verdadeira campanha para que as culturas gerenciais sejam substituídas por cultura de qualidade.

A política de abertura adotada pelo governo Collor, em continuidade ao processo iniciado por Sarney em 1986, segundo Gomes (2001) foi um dos fatores que contribuíram para empurrar as empresas em direção a uma estratégia inovadora mais efetiva. A estratégia estaria em promover uma modernização conservadora⁷ da indústria brasileira. O outro fator ainda segundo Gomes (2001) estaria associado, como foi antes comentado, ao aprofundamento da crise econômica, crise esta que a partir de 1990 diminuiu significativamente o mercado interno, forçando as empresas a se voltar para o exterior. Foi nesse contexto, que as empresas foram forçadas a aderir ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade lançado pelo governo Collor no início da década de 1990.

A política industrial adotada ainda no início dos anos de 1990 foi definida com base no novo modelo de desenvolvimento denominado de integração competitiva, sendo que as bases deste modelo estavam enfocadas na questão da competitividade, em contraponto às políticas adotadas anteriormente, que objetivavam a expansão da capacidade produtiva

⁷ A modernização conservadora segundo Tavares & Fiori (1993) refere-se ao termo adotado Barrington Moore para designar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário do século XIX que inclui as experiências bem-sucedidas da Alemanha e do Japão.

mediante o incentivo à substituição das importações. (Rego & Marques, 2003).

A nova política industrial estava completamente em conformidade com a nova inserção subordinada da economia brasileira no cenário internacional. De acordo com Guimarães citado por Rego & Marques (2003) essa nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) contemplava estratégias como: a) reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica; b) exposição da indústria à competição internacional entre outros. Ainda de acordo com Rego & Marques (2003) para cumprir esses objetivos e estratégias foram criados dois mecanismos principais que foram o Programa de Competitividade Industrial, PCI, e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, PBQP.

No tocante a esse processo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, teve importante função. Com relação ao financiamento do programa o BNDES direcionava o mesmo principalmente às indústrias que apresentassem resultados em termos de competitividade. Foi importante também no fomento do desmonte do Estado ao lançar programas como o Programa de Reestruturação e Racionalização Empresarial em 1992 e ser gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND. A combinação dessa nova política industrial com a recessão provocada pela política de estabilização em vigor implicou, por parte das empresas, num severo ajuste que se estendeu ao longo dos anos subsequentes. (Rosa & Marques, 2003).

As principais conseqüências desse ajuste foram: um aumento significativo do número de demissões, tanto dos operários do chão de fábrica quanto dos trabalhadores de áreas administrativas e cargos de direção e, também, mudanças em função de técnicas administrativas-gerenciais mais modernas, como os processos de reengenharia e qualidade total. (Rosa & Marques, 2003).

As principais características desse ajuste foram principalmente a desverticalização e a terceirização. Com esses novos mecanismos de gestão da produção, as empresas passaram a se especializar e se concentrar nas suas atividades principais, encerrando atividades de plantas e linhas produtivas secundárias e passaram a adquirir de outras firmas alguns serviços antes supridos internamente, como atividades ligadas à mão-de-obra, limpeza, transporte, entre outras. (Rosa & Marques, 2003).

As mudanças implantadas pela reestruturação do capital na atividade industrial embora tenham servido ao propósito maior de aumentar a produtividade das grandes empresas, mostraram-se por outro lado, desestabilizadoras para a cadeia produtiva (Gomes,

2001), gerando problemas no mundo do trabalho devido ao grande número de processo de falências, fusões, aquisições de empresas e privatizações.

Tais mudanças na estrutura produtiva alteraram e, aqui está o cerne da questão, substancialmente a organização do trabalho contribuindo para a degradação do mesmo e para o surgimento de um novo e precário mundo do trabalho (Alves citado por Gomes, 2001); contribuíram também para a crise do sindicalismo, com a precarização e a fragmentação da classe trabalhadora. (Gomes, 2001).

De forma geral os principais resultados gerados pela reestruturação produtiva estiveram no aumento da precarização das condições e relações do trabalho, com o aumento da informalidade e da insegurança no trabalho (Fernandes Júnior; Wollfenbuttel e Oliveira, 2004); no aumento do desemprego entre 1990 e até o primeiro semestre de 2003; e, na crise que se abateu sobre os sindicatos, expressa pela diminuição das taxas de sindicalização, perda de poder e força de negociação de órgãos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores; mudança do quadro sindical pelo avanço das políticas neoliberais (Alves, 2000); queda do número de greves e aumento do número de grevistas entre outros resultados.

Portanto, diante de tantas mazelas e efeitos negativos que a reestruturação produtiva trouxe, representando a nova ofensiva do capital, é correto se pensar que o mundo do trabalho nunca mais será o mesmo. O emprego seguro, com carteira assinada e com toda a segurança da previdência social que o trabalhador brasileiro tinha até os anos de 1980 e todas as conquistas trabalhistas obtidas na Era Vargas já não existem mais. O desemprego atualmente não é mais um fantasma que poderia assustar a classe trabalhadora, hoje, ele faz parte cada vez mais da realidade do povo brasileiro. Eis aí a nova cartada do capitalismo contra o trabalho humano que ao que parece cada dia mais perde o seu sentido e o seu valor.

3. A QUESTÃO LOCAL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA ENTRE 1990 E 2004

3.1 O processo inicial

A história ensina que não se pode entender o presente sem antes fazer uma análise consistente do passado. Diante disso, para se entender a contribuição da indústria salineira para o município de Macau nos dias atuais, em relação à geração de emprego, faz-se necessário retroceder algumas décadas para que se possa visualizar qual era o papel desempenhado por esta indústria na história do município.

Antes de mais nada, pode-se afirmar que a evolução da indústria salineira deu-se de forma lenta, pois, de acordo com Fernandes (1995, p. 34):

No período de 1808 a 1859 a indústria de extração de sal potiguar não obteve maiores progressos. Desenvolveu-se de acordo com as exigências do consumo humano e animal do país e com a passagem de alguns navios estrangeiros, por estas bandas.

Nota-se, no entanto, que independente do lento ritmo de desenvolvimento enquanto ramo da indústria, sua importância econômica para o município de Macau sempre foi muito forte, assim, segundo Costa (1993, p. 46-49):

A atividade salineira em Macau sempre representou, ao longo da história, o principal fator gerador de emprego para a população ali residente. (...) antes do processo de mecanização das salinas, trabalhavam, no período da colheita de sal, 3.345 operários associados, além de aproximadamente 1.800 não associados, perfazendo um total de 5.145 trabalhadores inseridos no processo de extração de sal.

Mesmo levando-se em conta que a indústria salineira empregava muitos trabalhadores do município de Macau até meados da década de 1960, antes da mecanização das salinas transformar esse quadro, não se pode fechar os olhos para a forma como era realizada esse processo. Ou em outras palavras, a maneira pelos quais os grandes capitalistas ou salineiros realizavam o processo de mais-valia sobre a força de trabalho da indústria ora em questão.

Vale observar que mesmo empregando uma quantidade substancial de trabalhadores provenientes do município de Macau, a maior parte destes provinha de outras áreas, fazendo com que na maioria das vezes, uma boa parcela de operários locais não fosse

empregada, gerando já de início desemprego no município. Dessa forma de acordo com Fernandes (1972) citado por Costa (1993, p. 47):

Vale ressaltar que grande parte desse contingente de trabalhadores engajados na atividade extrativa do sal não residia permanentemente em Macau. A indústria salineira, no período da colheita, dispunha de uma “**população excedente latente**”⁸, nos municípios mais próximos às áreas de salinas. Na época correspondente à colheita do sal, ou seja, na época da safra, esse contingente dirigia-se a Macau, com a finalidade de engajar-se no processo de extração do produto, retornando às suas localidades logo que tinha início o período de chuvas, correspondente à entressafra. A outra parte que era constituída de trabalhadores residentes em Macau, ficava na cidade, desempregada ou fazendo algum serviço eventual.

Além do baixo aproveitamento do emprego de trabalhadores residentes em Macau e também do conseqüente desemprego gerado por conta deste, percebia-se do mesmo modo que já naquela época existiam traços iniciais que indicavam a precarização das relações de trabalho. Essa precarização visualizada num primeiro instante pelo sub-aproveitamento de grande parte de mão-de-obra do município e pelo desemprego gerado neste, podia ser vista também pelo número de empregados avulsos que eram contratados a salários irrisórios para fazer o transporte do sal. Assim conforme relata Costa (1993, p. 48):

Quanto ao número de trabalhadores envolvidos no transporte do sal em Macau, atingia, em média, o total de 1.500 pessoas. Dados (...) indicam a existência de 866 associados aos sindicatos das categorias ligadas à essa atividade (como os estivadores, os marítimos, os alvaregeiros, os conferentes, os arrumadores, etc), e um pouco mais de **600 trabalhadores avulsos**⁹, que não eram sindicalizados e nem mantinham vínculos empregatício com nenhuma empresa.

Ainda segundo Costa (1993, p 48) por conta da grande quantidade de mão-de-obra existente no processo de produção, havia uma grande divisão técnica do trabalho, ou seja, a existência de várias categorias de trabalhadores, fato que em última instância, fez com que em Macau, chegasse a existir no período pré-modernização, cerca de dez sindicatos de trabalhadores, ligados direta ou indiretamente à atividade salineira.

O fato curioso e que chama a atenção é que mesmo existindo tanto sindicatos ligados a classe de trabalhadores salineiros, os direitos destes e/ou obrigações que os próprios sindicatos tinham com esses trabalhadores não eram legalmente cumpridos. Nesse sentido, tem-se questionado o porquê desse fato.

A resposta para tal questão é que os sindicatos em vez de veículos ou entidades representativas dos trabalhadores funcionavam segundo os interesses dos grandes salineiros

⁸ Grifo do autor.

⁹ Grifo nosso.

como órgãos agenciadores ou recolocadores de mão-de-obra, provocando, com isso, uma intensa mobilidade dos trabalhadores entre as diversas salinas, conforme nos esclarece Costa (1993, p. 53-55) no relato abaixo:

a pesquisa indicou, (...), a existência de grande mobilidade de trabalhadores entre as diversas salinas. (...) As razões para essa grande mobilidade são facilmente encontradas. O trabalhador das salinas não mantinha nenhuma relação de trabalho com os proprietários de salinas. Tudo era controlado pelo sindicato da classe. As empresas salineiras, quando necessitavam de trabalhadores, requeriam-nos ao sindicato, e este, por sua vez, selecionava um grupo, estabelecendo um rodízio permanente para que nenhum dos seus associados ficasse à margem do processo de trabalho. Terminada a seleção, o grupo era encaminhado para trabalhar na salina. Quando o trabalho acabava em uma salina, esse grupo poderia ser encaminhado para outra, e assim sucessivamente.

Embora tenham sido importantes controladores da oferta de força de trabalho para as salinas, logo os sindicatos sentiram o peso de sua própria ineficiência, ou seja, os mesmos, segundo Costa (1993, p. 57):

acabaram tendo um papel de pressão reduzido quando a modernização tecnológica do parque salineiro finalmente chegou. Controlando uma mão-de-obra que, na sua maioria, não residia em Macau, e duramente reprimida pelo Governo Militar, os sindicatos de Macau revelaram-se impotentes para enfrentar as forças capitalistas.

3.2 Conseqüências da modernização tecnológica para o município de Macau

Segundo Costa (1993, p. 63), “*a modernização tecnológica da indústria salineira se constitui num dos elementos básicos na transformação da economia Norte-rio-grandense e, principalmente, da economia de Macau, (...) no Nordeste nas décadas de 1960 e 1970.*”.

Esse processo de modernização esteve dividido em três momentos que se mostraram muito bem interconectados e bem definidos durante todo o tempo. Essa interconexão serviu para atender as exigências do grande capital, provocando, por outro lado, sérios problemas sociais. De acordo com Costa (1993, p. 78) esses três momentos foram:

A mecanização das salinas [que] foi apenas o início de um processo que, associado à modernização do transporte do sal e à construção do porto-ilha de Areia Branca, gerou crises sociais que se refletiram sensivelmente na estrutura econômica de Macau.

Como ressalta Costa (1993, p. 61), a modernização do parque salineiro foi feita, entre outros fatores, visando atender o interesse de grandes indústrias químicas de outras regiões e pela própria instabilidade da produção salineira em nível nacional, ou seja, a preocupação estava relacionada com o aumento da produção e dos lucros, e não com as

conseqüências que estas trariam socialmente.

Não obstante a modernização tecnológica tenha gerado desenvolvimento para a indústria química e levado à estabilidade da produção nacional, bem como à expansão do império financeiro dos grandes grupos multinacionais que passaram a incorporar as pequenas e médias salinas, observa-se, por outro lado, que a mesma também trouxe sérios impactos que repercutiram mais diretamente sobre a força de trabalho.

Fernandes (1995, p. 41), ressalta bem os impactos causados pela modernização sobre a força de trabalho, já no seu primeiro estágio, da mecanização das salinas, quando explica que “*A primeira constatação a ser feita refere-se à enorme liberação de mão-de-obra ocorrida*”, liberação esta que, segundo a Revista de Planejamento e Desenvolvimento citada por Fernandes (1995, p. 41), deixa claro que só “*no período de 1968 a 1970 foram despedidos 45.000 operários de suas atividades nas salinas.*”.

Com base na análise de Costa (1993, p. 99), percebe-se ainda que o desemprego estrutural, trazido pela substituição de homens por máquinas levou ainda a sub-utilização da mão-de-obra que já estava empregada. Em outras palavras, a mecanização das salinas passou a exigir poucos trabalhadores qualificados e também um número cada vez menor de trabalhadores sem qualificação.

É importante perceber que neste instante passa-se a visualizar um caráter mais agressivo da exploração do trabalho humano. Essa exploração além de desvalorizar o trabalho desenvolvido pelos operários, também faz com o mesmo perca seu sentido, pois agora estes trabalhadores, deixam de assumir um papel de “criador” do seu produto para apenas executar comandos em uma máquina, tornando-se quase como robôs.

Neste momento, visualiza-se também traços iniciais do que mais tarde se chamaria com mais propriedade da precarização do trabalho humano.

Além do enorme desemprego gerado pela modernização, já na sua fase inicial, existiram ainda outras diversas mazelas para os trabalhadores das salinas. Entre elas percebe-se a elevação do exército de reserva, a redução dos salários dos trabalhadores e a perda do poder de ação dos sindicatos das diversas categorias de trabalhadores ligados ao trabalho nas salinas, como relata Fernandes (1995, p. 43-44):

Outra conseqüência do processo de modernização foi a elevação do número do exército de reserva. (...) a mecanização possibilitou a intensificação da concorrência entre os trabalhadores, permitindo às empresas manobrar na redução dos salários. O sindicato que deveria ser a instituição encarregada de manter os salários ao nível compatível com as necessidades dos operários, se vê impossibilitado de assim proceder, face ao excesso de mão-de-obra disponível.

Percebe-se ainda que, além da perda de poder de negociação, após o processo de modernização tecnológica do parque salineiro, os sindicatos que defendiam os interesses das diversas categorias de trabalhadores salineiros existentes, conforme mostrado em parte anterior deste trabalho, foram praticamente extintos, assim, segundo Costa (1993, p. 102):

Outra consequência que merece ser lembrada foi a extinção de quase todos os sindicatos existentes em Macau representantes das diversas categorias profissionais ligadas ao processo de produção de sal. (...) existiam em Macau 10 sindicatos de representação de classe ligadas ao sal. Atualmente esses sindicatos se resumem em dois: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal de Macau e o Sindicato dos Arrumadores. Os demais foram extintos, uma vez que suas categorias desapareceram por completo com o advento da modernização tecnológica da economia salineira.

Uma outra consequência negativa trazida pela modernização tecnológica, ainda com relação à mecanização das salinas, foi que esta afetou seriamente a esfera de circulação de mercadorias, aumentando a exploração do operário, assim, segundo Costa (1993, p. 99):

Com efeito, grande parte da população trabalhadora nas salinas tinha a sua manutenção garantida pelos feitores, que supriam, por sua vez, seus barracões com mercadorias fornecidas pelo comércio de Macau. Os feitores forneciam ao trabalhador os gêneros necessários à sua alimentação durante a semana na salina, como também forneciam os gêneros que cada um levava, no fim de semana, para a família, que continuava na roça ou nas cidades próximas. É bom lembrar que todo esse fornecimento era descontado em folha de pagamento, ou seja, a compra no barracão era obrigatória e os preços exorbitantes, muitas vezes o dobro do preço do comércio local.

Percebe-se pelo que foi exposto acima que as relações trabalhistas dentro das salinas, artesanais ou mecanizadas, eram amplamente baseadas na exploração e na exploração dos trabalhadores. Além disso, suas condições e instrumentos de trabalhos eram bastante precários.

Como se não bastasse tanta exploração e exploração da força de trabalho, existiam ainda outros problemas enfrentados pelos trabalhadores no seu local de trabalho, conforme descreve Fernandes (1995, p. 69):

A longa jornada de trabalho e os baixos salários não constituem os únicos elementos das condições de produção imediata a que está submetido o trabalhador de salina. Outros fatores como a 'dureza do serviço', as doenças e a insegurança no trabalho, compõem também o conjunto de itens que conduz a uma avaliação depreciativa da atividade da salina por parte do operário.

Se na mecanização das salinas as relações e condições de trabalho se mostravam veementemente precárias e desiguais, nas fases posteriores do processo de modernização,

transporte do sal e construção do porto-ilha em Areia Branca em 1974, a situação do trabalhador e também do município de Macau se agravaram mais ainda, conforme relata Costa (1993, p. 100):

Foi, entretanto, com a modernização do transporte do sal e com a construção do porto-ilha que os impactos sobre a economia local tornaram-se mais severos. (...) A construção do porto-ilha, por exemplo, atingiu um enorme número de arrumadores, carpinteiros, mestres-arraias, motoristas navais, alvarengueiros, estivadores e marítimos. Considerando-se apenas os que eram sindicalizados, foram 866 trabalhadores que perderam o emprego. O funcionamento do terminal salineiro, dispensou por sua vez, quase toda a mão-de-obra ainda ocupada nessas categorias. Isso representou um impacto social sem precedentes, atingindo aproximadamente 4.500 pessoas (incluindo dependentes), bem como a população em geral. (...) É neste contexto que Macau começou então a sofrer um processo de decadência na sua economia.

Outro problema constatado e que até hoje reflete na economia do município de Macau e particularmente dos trabalhadores das salinas diz respeito à questão da aposentadoria e a degradação da própria saúde do trabalhador para se conseguir tal direito, assim, de acordo com Costa (1993, p. 101, p.115):

A sazonalidade do trabalho nas salinas logo se revelou um empecilho àqueles que queriam se aposentar. Trabalhando em períodos fracionados, o trabalhador dificilmente conseguia completar o tempo de serviço necessário à aposentadoria. (...) para conseguir a aposentadoria, muitos trabalhadores mutilaram o seu próprio corpo.

Não bastasse tantos problemas para a classe trabalhadora, a modernização tecnológica, segundo Censos Demográficos do IBGE citados por Costa (1993, p. 122), gerou também um grave problema para o futuro do município de Macau, qual seja a saída de um grande número de trabalhadores residentes neste município para outros Estados ou regiões entre as décadas de 1960 a 1990. Esse processo ocorreu porque com a modernização não foram criados mecanismos que mantivessem os pequenos e médios produtores de sal neste município, produtores estes que absorviam uma grande parte da mão-de-obra empregada. Some-se a isso também o fato que outros projetos que deveriam ser implantados para geração de emprego no município, como a Fábrica de Barrilha nunca terem sequer saído do papel. Em decorrência disto, assistiu-se a um verdadeiro êxodo populacional que repercutiu até a década de 1980.

Diante dos fatos expostos acima, entende-se que o processo de modernização tecnológica do parque salineiro potiguar teve grande impacto na mão-de-obra do município de Macau, impactos estes que continuaram a repercutir por várias décadas subseqüentes.

3.3 A reestruturação produtiva na indústria salineira em Macau entre os anos de 1990 e 2004 e suas principais conseqüências

As transformações ocorridas no mundo e no Brasil entre os anos de 1970 a 2004 como foi visto em capítulos anteriores afetaram profundamente o mundo do trabalho.

No município de Macau, como foi relatado em tópicos anteriores as transformações trazidas pela reestruturação produtiva na indústria salineira, primeiro na forma da salina artesanal e depois na forma da salina mecanizada repercutiram e ainda hoje tem repercutido significativamente sobre a classe de trabalhadores da salina.

Nesse aspecto como é interesse deste estudo investigar a contribuição da indústria salineira na geração de emprego em Macau e também traçar um perfil atual da classe dos trabalhadores salineiros entre 1990 e 2004 tem-se como eixo das análises a reestruturação produtiva e seus efeitos no universo do trabalho envolvendo os trabalhadores dessa indústria.

No que se refere a questão da geração de emprego por parte da indústria salineira em Macau entre 1990 e 2004 todos os dados apontam para uma redução significativa do número de trabalhadores empregados nessa indústria durante o período já citado. Esses dados parecem ir de encontro a uma tendência mundial e nacional crescentes, como foi visto em capítulos anteriores de redução do nível do emprego a partir dos anos de 1990.

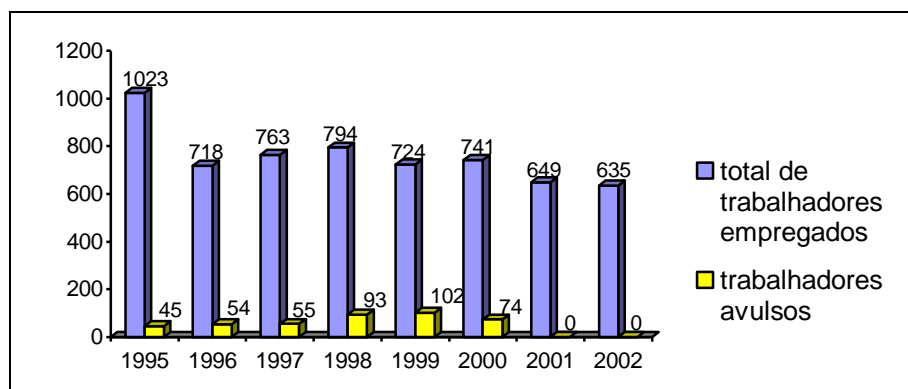
A conjugação da reestruturação produtiva trazida como foi visto antes pela crise do fordismo e ascensão do toyotismo e a queda do keynesianismo frente as políticas neoliberais, políticas estas que definiram a linha de política econômica a ser adotada pelo Brasil a partir dos anos de 1990, demarcaram o cenário ideal para as mudanças implantadas na indústria salineira em Macau. Vale ressaltar que as transformações trazidas pela reestruturação produtiva no Brasil nos anos de 1990 reforçaram ainda mais a tendência já em curso de mudança no padrão de produção na indústria salineira em Macau após a mecanização das empresas salineiras a partir de 1960.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais, RAIS (2004) o emprego formal na indústria salineira em Macau sofreu uma queda de pouco mais de 38% em 8 anos, fazendo com que essa indústria em Macau que tinha em 1995 um total de 1023 trabalhadores passasse em 2002 a ter somente 635 trabalhadores (Ver Gráfico 1). Dessa forma percebe-se que embora a indústria salineira em Macau ainda empregue o número razoável da força de trabalho do município tem, por outro lado, contribuído para gerar também desemprego, deixando dezenas de chefes de famílias sem qualquer amparo para sustentarem

suas famílias. Além da redução do emprego formal na indústria salineira em Macau entre 1995 e 2002, é possível perceber que do período de 1995 a 2000 o trabalho avulso, trabalho este em que o trabalhador da salina podia estar empregado em mais de uma empresa salineira ao mesmo tempo cresceu moderadamente, embora numa proporção menor que o emprego total no mesmo período. (Ver Gráfico 1).

Conforme ressaltou Alves (2000) em capítulo anterior um dos aspectos sociais da fragmentação de classe, da qual a reestruturação produtiva é a sua maior força, esteve no desemprego estrutural e na subproletarização tardia. Estes dois aspectos podem ainda hoje ser percebidos dentro da indústria salineira, devido ao grande emprego de novas máquinas no processo produtivo em substituição ao trabalho humano e também pelo número de trabalhadores empregados em tempo normal e também parcial na produção, sob a forma de trabalho avulso.

Gráfico 1
Número de empregos formais e avulsos* na indústria
de extração e refino de sal em Macau/RN – 1995 à 2002.**
(em número de empregos)



Fonte: RAIS – Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MET

*a partir do ano de 2001 em diante o trabalho avulso deixou de ser utilizado e em seu lugar entrou o trabalho com vínculo empregatício.

** Dados trabalhados pelo autor do trabalho.

Ainda com relação ao trabalho avulso, é interessante ressaltar que até a época em que o trabalhador salineiro ainda estava nessa condição, sua segurança em possuir um emprego ainda era maior, pois, o mesmo ainda pagava uma contribuição associativa ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Sal de Macau que podia se mobilizar, não que isso de fato ocorresse, em defesa dos direitos dessa categoria. Além do

mais a livre mobilidade entre as empresas garantia-lhe uma condição mínima para se manter na medida em que podia trabalhar e receber seu salário de várias empresas dentro de um mesmo mês.

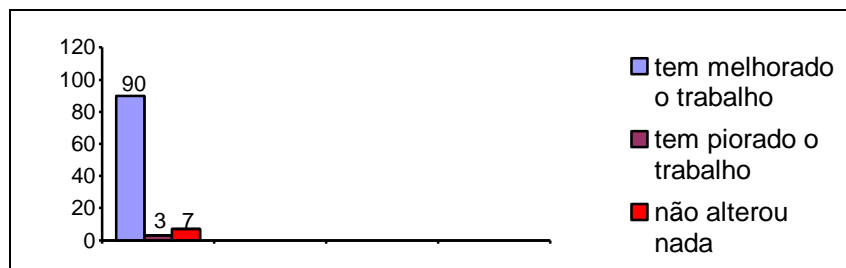
Com o fim do trabalho avulso já em 2001 e a sua substituição pelo vínculo empregatício, onde o empregado salineiro passava a trabalhar com carteira assinada com todos os direitos trabalhistas, os mesmos começaram a ser ainda mais penalizados, inclusive numa dimensão maior do que após a mecanização das salinas no início dos anos de 1970, como foi explicado outrora. Esse fato ocorreu por vários motivos. O primeiro conforme foi comentado anteriormente aconteceu por que com a perda do repasse da contribuição associativa dos trabalhadores aos sindicatos estes se viram numa situação cada vez maior de imobilidade frente ao poder avassalador e destrutivo do capital, representado pelos grandes grupos salineiros. Em decorrência disso, surge o segundo elemento que é o aumento da força de exploração dos empresários salineiros sobre os direitos e conquistas dos trabalhadores, que com a perda do apoio dos sindicatos passaram cada vez a serem explorados pelos grandes capitalistas da indústria salineira e a terem seus direitos trabalhistas cada vez mais esmagados pelo capital.

Um outro fato que incidiu de forma negativa também sobre a questão do emprego na indústria salineira está no aumento do uso de novas máquinas e equipamentos em detrimento do pouco uso da mão-de-obra.

De acordo com entrevistas realizadas em pesquisa de campo, percebeu-se que embora o uso de novas máquinas e equipamentos tenha levado a um aumento de produção e também da melhoria do trabalho e os trabalhadores ressaltam bem isso (Ver Gráfico 2), por outro lado, essas mesmas máquinas levaram também a um aumento crescente de desemprego, pois cada nova máquina empregada na produção de sal substituíam com facilidade dezenas de trabalhadores salineiros. Aqui vê-se um dos impactos da reestruturação produtiva atuando de forma precisa sobre o nível de empregos na indústria salineira, e, também, uma ampliação do processo de mecanização na década de 1970 no parque salineiro em Macau, ou seja, presencia-se a face do desemprego estrutural.

Ainda de acordo com dados obtidos em pesquisa de campo é possível perceber quase totalidade dos trabalhadores, cerca de 90%, achou que o uso de novas máquinas e equipamentos de fato melhoraram o trabalho, aumentando com isso substancialmente a produção, enquanto que 3% acharam que estas novas máquinas pioraram o trabalho e 7% disseram que o uso das mesmas não alterou em nada. (Ver Gráfico 2).

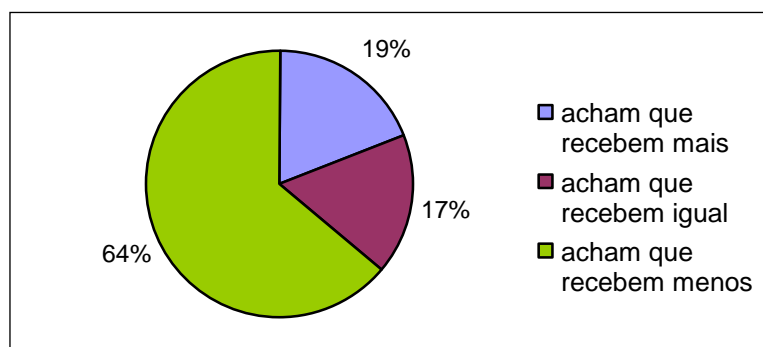
Gráfico 2
Avaliação dos trabalhadores com relação ao uso de novas máquinas e equipamentos dentro do processo de trabalho (em %)



Fonte: Pesquisa de campo: dez-2004/jan-2005.

Não obstante o uso de novas máquinas e equipamentos tenha se traduzido em melhoria do processo do trabalho na visão dos trabalhadores salineiros e também em desemprego, o mesmo já não pode ser expresso em termos de ganhos salariais para a classe trabalhadora. De acordo com os dados fornecidos pela pesquisa de campo é correto afirmar que a precarização do trabalho dos salineiros tem sido uma das principais características que atingem essa classe. Percebe-se claramente segundo avaliação feita junto aos próprios trabalhadores que os níveis salariais dos mesmos estão muito abaixo dos níveis salariais de outros trabalhadores de outras empresas, nesse caso específico das empresas prestadoras de serviço a PETROBRAS, nos municípios de Guamaré e em Alto do Rodrigues, municípios próximos ao município de Macau. (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3
Comparação do nível salarial dos trabalhadores da indústria salineira em Macau com o de outros trabalhadores de outras indústrias, segundo os próprios trabalhadores salineiros (em %)



Fonte: Pesquisa de campo: dez.2004/jan.2005.

Com relação à questão dos rendimentos dos trabalhadores salineiros de acordo com a pesquisa de campo foi possível notar ainda que 87% dos trabalhadores da indústria salineira em Macau ganham entre 1 a 2 salários-mínimos, um nível salarial muito baixo se for levado em conta os gastos realizados por estes trabalhadores no mês. Ainda com relação a depredação dos salários estes começaram a arrefecer já no período da mecanização, pois segundo a concepção do Sr. Francisco das Chagas Medeiros, ex-sindicalista,

na proporção que mecanizou as salinas, o salineiro, o trabalhador na indústria, o salineiro propriamente dito, ele deixou de ter salário. Ele subsistiu através de requerer benefício da previdência social.

Ainda com relação à questão salarial, mesmo tendo um salário de carteira e, trabalhando com o sistema de bonificações, segundo as metas atingidas para determinada produção, os salários dos trabalhadores salineiros foram afetados também pela perda do poder de força dos sindicatos da categoria, sendo os mesmos hoje determinados de acordo com o depoimento do gerente administrativo de uma das empresas salineiras, o Sr. Luís Antônio simplesmente pela “*média salarial praticada no setor salineiro*”. Ou em outras palavras pelo livre jogo do mercado, sistema esse que exclui muitos trabalhadores de receberem salários condizentes com seu crescente esforço de trabalho e a satisfação de suas necessidades básicas.

No caso do salário do trabalhador salineiro, segundo dados da pesquisa de campo, como 84% dos mesmos não possuem qualquer curso técnico e somente 16% possuem e, além disso, cerca de 62% têm baixo grau de instrução (Ver Tabela 2), os melhores salários de acordo com depoimento do gerente acima tendem a ficar na parte administrativa da empresa.

**Tabela 2 – Grau de instrução
Do trabalhador salineiro**

Grau de instrução	Quantidade de trabalhadores	%*
Analfabeto	4	6
Ensino fundamental completo	36	51
Ensino fundamental incompleto	4	6
Ensino médio completo	20	29
Ensino médio incompleto	6	9
Total	70	100

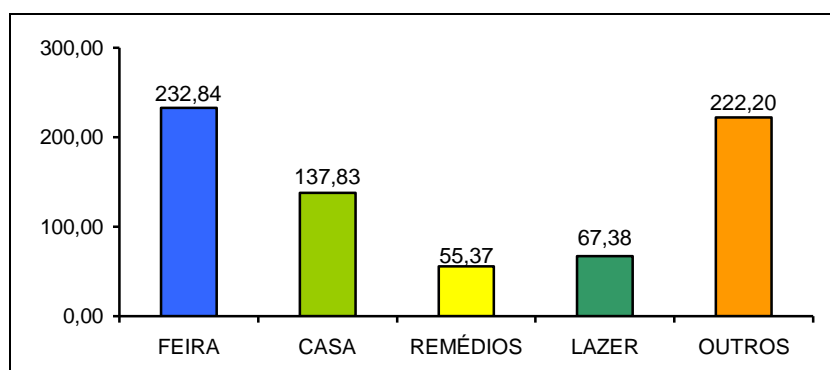
Fonte: Pesquisa de campo: dez.2004/jan.2005.

* devido a diferença de arredondamentos o valor da percentagem não atinge os 100%.

Vale ressaltar ainda que quando da realização da pesquisa de campo, pode-se perceber que na maior parte dos casos, todos os trabalhadores eram chefes de famílias, possuindo assim, gastos relativamente altos para saldar a cada fim de mês e que inclusive chegavam a ocupar uma parte da renda como o caso do gasto realizado com feira; com a casa, incluindo nesse quesito água, luz, botijão de gás e telefone e outros gastos como investimento na compra de bens para casa, reforma do imóvel entre outros. (Ver Gráfico 4).

Percebe-se pelos dados obtidos que a classe dos trabalhadores salineiros sobrevive precariamente, pois de acordo com a pesquisa realizada foi constatado que 87% dos trabalhadores possuem rendimentos que variam de 1 a 2 salários mínimos, enquanto que as necessidades básicas todo mês ultrapassam consideravelmente o salário recebido por cada trabalhador. Se, por exemplo, for comparado o salário recebido por um trabalhador no mês que é de R\$ 270,00 com a soma de todos os seus gastos mensais, ou seja, com feira, casa, remédios, lazer e outros será obtido um valor total de gastos de R\$ 715,62. Com essa comparação pode-se perceber claramente que todo mês o trabalhador vai ter um déficit orçamentário de cerca de R\$ 445,62, ou seja, quase duas vezes mais que o seu salário. (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4
Média da renda gasta pelo trabalhador
para suprir suas necessidades básicas*
(em R\$)



Fonte: Pesquisa de campo: nov.2004/jan.2005.

O valor da média da renda gasta por trabalhador foi obtido através da soma dos valores gastos por cada trabalhador com relação a cada grupo de despesa divididos pelo número de trabalhadores participantes em cada gasto, com isso obteve-se o valor da média aritmética do gasto de cada trabalhador por necessidade básica.

É justamente devido a essa precarização dos seus rendimentos que 4% dos trabalhadores, apesar de estarem já aposentados, ainda trabalham e outros 10% além de trabalharem na salina, ainda fazem o chamado “bico”, trabalhando como mototaxistas, sem possuírem nenhuma segurança no trabalho. Outros ainda têm um pequeno comércio em suas próprias casas, sendo que em alguns casos esses comércios nem registro formal na junta comercial possuem. É a lógica dos novos modelos de acumulação impostos pelo capital, que como foi visto em capítulos anteriores correspondem ao neofordismo, o toyotismo sistêmico entre outros, que aceleram o lucro dos grandes donos de empresas à custa da exploração e miséria do trabalhador, no caso estudado, o trabalhador salineiro.

Na maioria das vezes segundo depoimentos dos próprios trabalhadores os mesmos por receberem tão pouco são praticamente obrigados a trabalharem cada vez mais objetivando alcançar um prêmio por produção, chegando a executar em um só mês cerca de 200 horas-extras, fato que extrapola os limites do corpo e também da exploração do trabalho humano. Só para se ter uma idéia do tamanho da necessidade de complementar sua renda no final do mês, segundo dados obtidos por entrevistas junto aos trabalhadores, cerca de 66% da classe faz horas-extras no mês para poder ter um ganho melhor no fim do mês com o objetivo de saldar seus compromissos.

Ainda de acordo com depoimentos dos trabalhadores é enganoso pensar que o trabalho por prêmio ou bonificação ajuda substancialmente na renda para todos os trabalhadores, pois este sistema dentro da própria empresa privilegia um ganho maior para os trabalhadores de determinado setor em detrimento do sacrifício de outros. Em outras palavras, enquanto, por exemplo, os trabalhadores de setor x trabalhando 12 horas ou mais horas chegam a produzir 2000 toneladas/mês de sal, outros trabalhadores de outros setores trabalhando menos horas e produzindo menos chegam a receber uma premiação muito maior. Portanto, é falacioso seguir o caminho determinado pelos empresários da indústria salineira quando os mesmo alegam estarem pagando um salário com uma premiação maior ao trabalhador. O que na realidade eles pagam talvez não represente nem 1 doze avos (um doze avos) do faturamento mensal da empresa e, portanto, não afeta em nada sua margem de lucro.

Esse tipo de artifício da gerência das empresas salineiras é significativamente prejudicial ao trabalhador por duas razões. A primeira razão e a mais óbvia é que este tipo de premiação cria dentro do próprio setor de trabalho diferenças salariais que tendem a causar prejuízos financeiros aos trabalhadores na medida em que estes são lesados. A segunda razão surge em decorrência da primeira, ou seja, ao criar remunerações ou privilégios para alguns setores em detrimentos de outros, o capital, na figura da gerência da empresa, cria um clima

de mau-estar entre os próprios trabalhadores, provocando assim, uma luta de classes no seio da própria classe trabalhadora. Esse mal-estar, por sua vez, acaba virando uma grande bola de neve fazendo que com os próprios empregados sejam considerados inimigos entre si ou até mesmo isentando a empresa de pagar melhores salários a todos. Esses fatos em conjunto acabam levando a um enfraquecimento do poder de luta e resistência da classe trabalhadora diante do capital.

A pobreza e a miséria que atingem o trabalhador salineiro são tão visíveis que muitos não tendo como sustentar ou manter suas famílias somente com o salário que recebem da indústria salineira são obrigados a ingressar nos programas de assistência social do governo federal, como é o caso dos programas bolsa-escola, bolsa-família e outros. De acordo com dados obtidos por entrevistas junto aos trabalhadores, 30% participam de algum tipo de programa de assistência social do governo federal, ou seja, para cada 10 trabalhadores, 3 dependem da assistência dada pelo governo para melhorarem o orçamento no fim do mês. Esse fato naturalmente não teria que ocorrer se a indústria salineira que produz milhares de toneladas de sal por mês pagasse um salário digno, e, não mínimo ou de miséria ao trabalhador que com seu suor aumenta os lucros para os cofres dessas empresas.

Essa depredação do salário do trabalhador salineiro constitui um outro impacto da reestruturação produtiva no trabalho, conforme comentou Alves (2000) em capítulo anterior ao enfatizar que os empresários salineiros ao desregulamentarem os direitos trabalhistas através de uma forte diferenciação dos estatutos, salários, das condições e dos interesses imediatos dos operários acabam levando em último caso ao aumento da pauperização e miséria da classe trabalhadora; a perda de seus direitos e, ao aumento da dominação do capital sobre o trabalho e sobre o trabalhador. Com isto o trabalhador passa a ser excluído cada vez mais dos ganhos decorrentes do processo de produção.

Analisando outros aspectos mais detalhados sobre a vida do trabalhador salineiro foi possível ainda notar um padrão de vida bastante heterogêneo dessa classe.

Com relação à localização da residência, segundo dados obtidos em pesquisa de campo, 89% da classe trabalhadora salineira vive no próprio município de Macau, enquanto que somente 11% vivem em distritos. Ainda de acordo com a pesquisa de campo realizada pode-se perceber que 84% dos trabalhadores salineiros possuem uma casa própria, 11% moram em casas cedidas e cerca de 5% residem em casas alugadas. Quando comparado esse dado, da localização da residência dos trabalhadores salineiros hoje, com o que foi dito por Fernandes citado por Costa (1993) em tópico anterior quando o mesmo dizia existir uma população excedente latente, nos municípios mais próximos às áreas de salinas, é possível

compreender que houve uma mudança da distribuição geográfica dos trabalhadores ocupados na indústria salineira em Macau. Tal mudança na distribuição geográfica dos trabalhadores, no entanto, não significou com isso que tenha existido qualquer modificação do padrão de remuneração e uso para a classe trabalhadora da indústria salineira do município de Macau e áreas circunvizinhas ao município. Fernandes citado por Costa (1993).

No que concerne à questão do tipo de residência do trabalhador salineiro, os dados colhidos pela pesquisa de campo mostram um perfil controverso. Uma boa notícia com relação a este aspecto é que um grande número de trabalhadores hoje já possui residência própria. De acordo com os dados colhidos, 84% dos trabalhadores possuem residência própria, 11% vivem em casas cedidas e 5% alugadas. Por outro lado, no que se refere à questão do aspecto da moradia dos trabalhadores os dados não são nada animadores. Dentro de uma amostra de 70 trabalhadores, pode-se ver claramente que 90% deles moram em casas com infra-estrutura precária, com paredes se deteriorando, apertadas, de difícil localização e, no caso, das casas que são cedidas aos trabalhadores, na maioria das vezes pela própria empresa, toda e qualquer reforma só é realizada com o consentimento da empresa, embora nesse caso, o mesmo trabalhador possua como vantagem o fato de pagar uma quantia mínima de água e energia.

O fato citado acima revela o tamanho do grau de submissão e vergonha a que está submetido atualmente o trabalhador salineiro, ou seja, além de sofrer com o baixo salário que recebe, as condições de serviços na empresa que segundo relatos de alguns trabalhadores causam-lhe problemas de saúde como dor nos ombros, varizes nas pernas, problemas na coluna, problemas estes que por sinal se mantiveram mesmo com o advento de novas máquinas no processo produtivo, e outros mais, ainda têm de viver em moradias impróprias ao padrão de vida humano, degradando ainda mais a sua condição de vida.

Com relação ao tempo de serviço nas empresas salineiras a pesquisa apontou que o contingente de trabalhadores atualmente é constituído em boa parte de empregados com pouco tempo de serviço, até 5 anos de serviços, seguido de trabalhadores que possuem entre 16 anos e 30 anos de serviço. Esse dado parece indicar que as empresas salineiras, seguindo o processo de reestruturação produtiva mundial e nacional estão cada vez mais empregando um número maior de jovens trabalhadores para aumentar sua produção em detrimento da baixa utilização da experiência dos trabalhadores mais idosos, que são cada vez mais dispensados ou colocados de lado dentro do processo produtivo. (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da indústria salineira do município Macau

Tempo de serviço	Número de trabalhadores	%
Até 5 anos	34	49
Entre 6 e 9 anos	04	6
Entre 10 e 15 anos	09	13
Entre 16 e 30 anos	22	31
Mais de 30 anos	0	0
Não sabe dizer	1	1
Total	70	100

Fonte: Pesquisa de campo: nov.2004/jan.2005.

A profissão nas salinas como se viu em tópico anterior deste capítulo e mesmo no decorrer deste tópico parece de fato enraizar o trabalhador, tornando o seu vínculo com a empresa não um simples vínculo de trabalho, e, sim, uma relação de duradoura sujeição do trabalhador para com a empresa. Isso é tão verdade que de acordo com dados levantados pela pesquisa de campo 54% dos trabalhadores salineiros tiveram como seu primeiro emprego o trabalho em empresas salineiras e somente 46% tiveram uma profissão anterior que não ligada à salina. Somando-se essa característica da classe dos salineiros em Macau as que foram antes comentadas, ou seja, o baixo índice de escolaridade, pouco ou nenhum conhecimento sobre os seus direitos trabalhistas e a baixa qualificação, pode-se concluir com certeza que o trabalho na salina para o salineiro é realmente o seu primeiro e último trabalho.

A exploração do capital ou dos donos de empresas salineiras no município de Macau tem afetado até a noção psicológica do trabalhador com relação ao próprio sentimento do mesmo com o trabalho. De acordo com questionários aplicados aos trabalhadores, uma vez perguntado aos mesmos se eles eram felizes no seu trabalho suas respostas em 89% dos casos foram sim, 10% não e 1% dos casos houve indecisão ao responder. Embora do ponto de vista da análise científica esse tipo de estatística pode ser comemorado, análises mais próximas revelaram a outra dimensão da mesma questão. De início percebeu-se que muitos responderam que estavam felizes com seu trabalho, mas, diziam “*é fazer o quê nê? Não tem outro.*”, outros já com vários anos de luta na empresa diziam “*estou trabalhando esperando um dia me aposentar*”. Nesses depoimentos observou-se a verdadeira face do que acontece hoje com o trabalhador na indústria salineira no município de Macau que está com medo de perder o seu emprego e devido à situação desfavorável do mercado de trabalho em Macau não

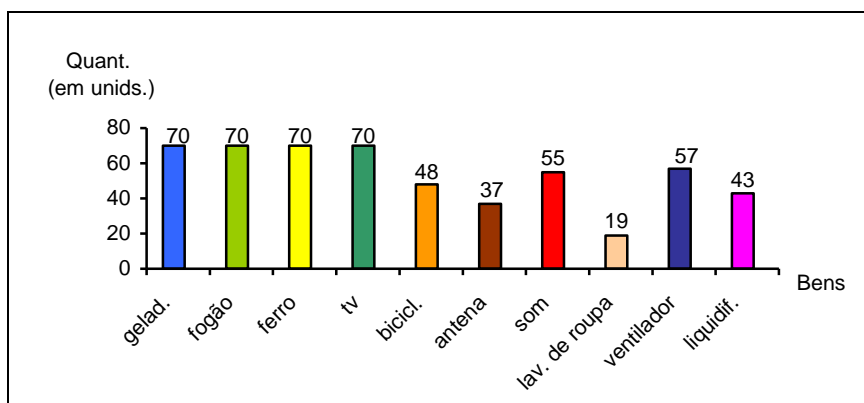
conseguir encontrar outro. Muitos ainda jovens mostravam alguma esperança em tentar ascender profissionalmente dentro da própria empresa para poder melhorar assim o seu salário e com isso sua condição de vida. Para esses, no entanto, a esperança é relativamente baixa, já que em entrevista realizada com um gerente de uma empresa salineira notou-se que as empresas salineiras além de não possuírem planos de cargos e salários, ainda privilegiam uma ascensão dentro da empresa através de métodos não profissionais, que não levam em conta qualquer avaliação meritocrática de ascensão profissional para o trabalhador de nível mais baixo.

Uma boa notícia para o trabalhador da salina entre o período de 1990 a 2004, esteve relacionada ao aspecto da condição de trabalho. Com relação a esse aspecto, observou-se que 81% dos trabalhadores responderam que as condições de trabalho melhoram, sendo que as razões para essa melhora, segundo os mesmos estiveram na redução do número de horas trabalhadas para alguns setores; no aumento da proteção para o trabalhador; em melhores veículos para trabalhar; no pagamento que passou a ser realizado em dia entre outras razões. Constatou-se ainda que 9% dos trabalhadores disseram que as condições de trabalho ficaram do mesmo jeito que antes de 1990 e 10% acharam que as condições de trabalho pioraram entre outras razões por causa do salário; devido à falta de investimento na qualificação do trabalhador; devido à limitada oportunidade de crescimento profissional dentro da empresa; devido as relações de trabalho entre os próprios empregados e entre os empregados e os superiores que tornaram-se mais difíceis.

Uma outra boa constatação para os trabalhadores salineiros diz respeito a uma relativa melhora no padrão de consumo da classe. De acordo com dados fornecidos pela pesquisa de campo, por exemplo, pode perceber que de cada 70 trabalhadores, todos possuíam bens de consumo duráveis como geladeira, fogões, ferros de passar e tv. (Ver Gráfico 5).

Apesar da visível melhora no padrão de consumo, no entanto, não se deve julgar que a vida do salineiro tenha melhorado, pois a situação de vida do mesmo pelo seu conjunto, ou seja, levando-se em conta outros elementos como renda, padrão de moradia e nível de condições e relações de trabalho, não foi substancialmente grande para demonstrar qualquer mudança positivamente significativa em termos de melhoria geral do padrão de vida da classe trabalhadora. De acordo com o relato de alguns trabalhadores alguns bens como moto e carros só foram possíveis de ser obtidos juntando o dinheiro obtido com os períodos de férias.

Gráfico 5
Quantidade de bens de consumo
duráveis dos trabalhadores salineiros



Fonte: Pesquisa de campo: dez.2004/jan.2005.

Observando o passado dos trabalhadores salineiros pelos relatos descritos em tópicos anteriores deste capítulo percebeu-se o seu sofrimento e a sua constante luta pela valorização da sua classe e do seu trabalho contra o capital que manipulava inclusive os sindicatos que deveriam lutar pela categoria. Hoje pelo que foi relatado e estatisticamente demonstrado a vida de um trabalhador na salina está cada vez pior, mesmo levando-se em conta as parcas vitórias conquistadas conforme comentou-se em parte anterior do texto no tocante as condições de trabalho. Mas e o futuro? Afinal de contas o quê pensa o salineiro sobre o futuro? De acordo com pesquisa de campo realizada 56% dos trabalhadores apesar do destino incerto que os conduzem, ainda dizem ter boas perspectivas das coisas melhorarem, enquanto os demais ainda encontram-se muito divididos sobre essa questão. (Ver Tabela 4).

Diante do que foi exposto pode-se perceber que o trabalho para o salineiro já há muito perdeu o sentido, o valor, significando apenas uma provável chance de obter uma vida melhor. Mais que isso, hoje a vida de um salineiro está tão ou mais sofrida do que antes do período da salina artesanal e respectivamente do período inicial da mecanização quando muitos foram postos para fora do serviço.

Tabela 4 – Perspectivas dos trabalhadores salineiros para o futuro (em %)

Respostas	Número de trabalhadores	%*
Tem boas perspectivas das coisas melhorarem.	39	56
Espera apenas se aposentar.	17	24
Não tem boas perspectivas das coisas melhorarem.	13	19
Considera o emprego na salina temporário.	3	4
Pretende continuar trabalhando na empresa almejando mudar de profissão.	3	4
Acha que a tendência é das coisas continuarem da mesma forma.	2	3
Espera continuar trabalhando, mesmo depois de aposentado.	1	1
Tem perspectiva de mudar para outra empresa	1	1

Fonte: Pesquisa de campo: dez.2004/jan.2005.

A soma da porcentagem não atinge os 100% porque muitos trabalhadores em suas respostas enfocaram mais de um aspecto sobre a perspectiva que tinham sobre o futuro.

Diante do exposto é possível depreender que a classe dos trabalhadores salineiros em Macau encontra-se desamparada, pois não tem um sindicato suficientemente forte para defender seus direitos trabalhistas básicos, sindicato este que por sinal, de acordo com o depoimento do Sr. Francisco, ex-sindicalista, se continuar a funcionar precariamente como vem funcionando tem como tendência o seu fechamento definitivo. Essa classe, seguindo uma das tendências do mundo do trabalho atual, como foi exposto em capítulo anterior, encontra-se fragmentada dentro do seu próprio seio, ou seja, existe uma divisão instigada pelo capital através do sistema de exploração com o sistema de bonificações e prêmios, que leva a um racha entre os próprios trabalhadores salineiros, diminuindo ainda mais seu poder de lutar contra a máquina capitalista.

Ainda com relação aos resultados da pesquisa, percebeu-se nitidamente que a atividade salineira, diferente de outras atividades comerciais ainda emprega métodos ultrapassados de gestão do processo produtivo, pois as relações estabelecidas entre patrões e empregados são amplamente baseadas não nas negociações das partes, e, sim, em relações de mando e obediência. Nesse sentido, pode-se entender que há dentro da indústria salineira uma mesclagem de padrão fordista de produção, no que se refere a forma como a produção em alguns setores é realizada, como por exemplo, no setor de ensacamento de sal, onde o trabalhador passa todo ou quase todo o seu horário de trabalho em pé, com o padrão toyotista pelo uso de novas máquinas e equipamentos no processo produtivo e também de alguma

técnica de gestão como o controle de qualidade. É possível então afirmar então que a indústria salineira se trata de um caso híbrido de gestão do processo de produção, empregando no seu sistema ora técnicas fordistas ou neofordistas, ora técnicas toyotistas de produção.

Analisando-se psicologicamente o trabalhador, pode-se ver no rosto de cada um durante os questionários aplicados a face da dor, do abatimento, da insegurança com relação ao trabalho, da necessidade premente de um órgão que lutasse pelos seus direitos e, principalmente, de algum tipo de assessoria que lhe prestasse auxílio jurídico diante das pendências trabalhistas com as empresas. Com relação a essa questão alguns trabalhadores, muitos deles esperançosos, chegaram a questionar várias vezes ao pesquisador como este estudo poderia ajudá-los, auxiliá-los diante de tantos problemas ou empecilhos que as empresas salineiras colocavam no tocante à causas trabalhistas. Este fato deixou bem claro que a classe dos trabalhadores salineiros está evidentemente fragilizada, desmotivada e destruída em seu interior na luta contra o capital.

Diante de tantos apelos por justiça no trabalho pode-se notar o quanto às empresas salineiras massacram a vida de seus trabalhadores, em muitos casos, inclusive, dificultando-lhes o acesso à aposentadoria muito mais que merecida, já que no caso dos trabalhadores salineiros sua profissão, por sua dureza, enquadra-se nas leis trabalhistas como insalubre, com direito a um tempo especial para que seja obtida a aposentadoria. É, portanto, contra essa exploração do trabalho humano, nesse caso do trabalhador salineiro, que se solidifica a visão deste estudo. É contra a “*exploração do homem pelo homem*”, como disse o Sr. Francisco, ex-sindicalista, que toda a sociedade deve combater, todas as classes trabalhadores sejam elas de trabalhadores salineiros, sejam de trabalhadores terceirizados, sejam de ambulantes, mototaxistas entre outras devem lutar. É contra o aviltamento, o desaparecimento e a destruição do trabalho humano que todos devem lutar, para que no futuro seja possível dizer que um mundo melhor ainda pode ser possível de ser alcançado. Um mundo que seja socialmente mais justo e menos desigual para todos aqueles que sobrevivem do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações promovidas pelo capitalismo na sua estrutura de 1970 aos dias atuais têm se mostrado fatores significantes para explicar a nova onda de alterações dentro da gestão do processo produtivo no interior das empresas e no mundo do trabalho.

Notadamente com a crise do padrão fordista e do Estado keynesianista e a ascensão de uma nova ofensiva do capital através do toyotismo, que tem na reestruturação produtiva sua simbologia maior, e do neoliberalismo que dado a sustentação política para que tal mudança se torne mais considerável presenciamos hoje uma nova dimensão da exploração e da alienação do trabalho humano por parte do capital.

É diante deste contexto que tentamos analisar o processo de reestruturação produtiva, observando principalmente a visão microeconômica empregada como forma de tentarmos visualizar a dinamização da indústria salineira no município de Macau entre o período de 1990 a 2004.

Observamos uma mudança nos padrões de acumulação capitalista, pois até os anos de 1960, no tempo da salina artesanal existia um grande número de trabalhadores salineiros em sua maior parte sindicalizados que trabalhavam nas empresas salineiras, com uma carga horária elevadíssima e subdividida em várias categorias. Ressalte-se que apesar de existirem vários sindicatos de classe, estes em vez de defenderem os direitos dos trabalhadores, possuíam como propósito maior somente agenciá-los para trabalharem nas empresas salineiras segundo a demanda delas, fato que marginalizava um grande número de operários, desempregando-os e fazendo com que o preço da força de trabalho ficasse num patamar vergonhosamente baixo.

Com a mecanização a partir dos anos de 1970, a classe dos trabalhadores salineiros, além de já estar trabalhando em condições precárias e adversas, muitos com problemas graves de saúde, endividados nos chamados barracões das empresas salineiras e vivendo das sobras do que a empresa lhes repassava, ainda tiveram que competir a partir desse período, com a presença de novas máquinas dentro do processo produtivo. Estas, assim como os instrumentos de trabalho utilizados nas empresas salineiras artesanais, além de roubar-lhes partes do corpo como dedos, mãos, entre outras; além de lhes afetarem psicologicamente; ainda lhes tirava o seu único meio de vida, qual seja seu trabalho. De acordo com Fernandes (1995) até antes da mecanização existiam um contingente de quase 5.150 trabalhadores salineiros empregados nas empresas salineiras no município de Macau. Somente entre o período de 1968 a 1970 a indústria salineira em Macau demitiu cerca de

45.000 empregados, gerando assim um exército de trabalhadores desempregados e marginalizados. Além disso, a mecanização das salinas passou a exigir poucos trabalhadores qualificados e também um número cada vez menor de trabalhadores sem qualificação, promoveu a redução dos salários dos trabalhadores e a perda de poder de ação dos sindicatos. (Fernandes, 1995).

Já em tempos atuais, de 1990 a 2004, percebemos que durante este período o aspecto de luta de forças entre o capital e o trabalho, este último representado aqui pela classe dos trabalhadores salineiros, mostrou-se intenso, com uma enorme margem de dominação é claro do capital, representado pela indústria salineira, sobre o trabalho.

Durante o período analisado, não somente a contribuição da indústria salineira no município de Macau, com relação a geração de emprego formal teve um decréscimo, como caiu também o nível de emprego avulso nesse setor, chegando o mesmo até a se extinguir já a partir de meados de 2001 nesse setor.

A extinção do trabalhador avulso, que com sua contribuição associativa, mantinha ainda os sindicatos operando, juntamente com a política econômica de abertura comercial e com viés neoliberal, e ainda a ingerência do próprio órgão por parte de seu atual presidente, ajudaram a tornar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Sal em Macau, um órgão de classe sucateado, funcionando precariamente, sem sede própria, totalmente descaracterizado, servindo somente para homologar rescisões e ajustar tabela de horários dos trabalhadores que a partir desse período mais do que nunca se viram abandonados, sozinhos, comprimidos pela ação e pela força depredadora dos empresários salineiros que cada dia mais os oprimiam, inclusive através de sistemas de premiações e bonificações a lutarem contra eles mesmos. Esse fato demonstra por que a grande maioria dos trabalhadores hoje não são sindicalizados: primeiro não existe um órgão de defesa dos trabalhadores que seja atuante e segundo as próprias empresas salineiras coíbem a entrada de qualquer tipo de sindicato para a negociação dos direitos desses trabalhadores, existindo assim uma grande repressão ao movimento de luta operária.

Sem o apoio e ajuda na conscientização dos seus direitos, os trabalhadores da indústria salineira em Macau durante o período de 1990 a 2004, ficaram literalmente entregues ao capital.

Seus salários reais começaram a cair em queda livre, superando em muitos os seus gastos no final de cada mês, fazendo com que os mesmos passassem a trabalhar cada vez mais, fazendo horas-extras, para poderem assim pelo menos tentar honrar seus compromissos.

Percebemos ainda que o baixo grau de instrução e de qualificação da classe

trabalhadora aliado ao livre jogo de oferta salarial praticado pelas empresas salineiras em Macau constituíam uma dificuldade maior para o preço da força de trabalho nestas empresas fosse valorizado. Além disso, percebemos pelo estudo realizado a existência da precarização do salário do trabalhador salineiro quando comparado com outras indústrias da região salineira, como a de petróleo, e também uma deterioração salarial entre as próprias empresas salineiras.

O emprego do salineiro atualmente também está visivelmente ameaçado pelo advento de novas máquinas e equipamentos dentro do processo de produção de sal. Notamos que embora essas novas máquinas e equipamentos tenham conseguido melhorar um pouco as condições de trabalho e aumentar substancialmente a produção de sal, fazendo com que os lucros no setor salineiro em Macau se expandissem mesmo com a crise de 1998, gerada pela concorrência do sal chileno (Santos, 2002), geraram também um aumento crescente do desemprego na indústria salineira entre os anos de 1990 e 2004, delineando assim, um padrão já consagrado pelo processo de reestruturação produtiva no Brasil e no mundo.

Hoje, grande parte dos trabalhadores salineiros residem no município de Macau; possuindo residência própria; recebem em sua maior parte entre 1 e 2 salários mínimos; na sua grande maioria são trabalhadores com pouco tempo de serviço na empresa, trabalhando na sua maioria 8 horas de trabalho e também fazendo horas-extras como forma de complementar a renda.

Com relação à profissão nas empresas salineiras em Macau, a maior parte já começou trabalhando na empresa e por uma questão de não terem outra alternativa de emprego em sua área de atuação e também para poderem se aposentar esperam permanecer trabalhando na salina, segundo depoimento de alguns *“até o dia em que der”*.

Com relação ao futuro, na sua maior parte, os salineiros têm boas perspectivas de que as coisas possam melhorar e que no futuro, quando completado seu tempo de serviço na empresa, possam se aposentar.

Essas são as características gerais sobre os efeitos causados pela reestruturação produtiva na indústria local que permitem-nos concluir que a tendência para a classe dos salineiros continuando o padrão de exploração e expropriação de seus direitos é a da total precarização do seu trabalho.

Sem sindicato de classe efetivamente atuante, sem consciência de seus direitos trabalhistas e sem terem a quem recorrer, os salineiros em Macau estão totalmente à mercê da dominação e exploração das empresas salineiras existentes hoje em Macau. A realidade é que sofrendo pelo processo avassalador da reestruturação produtiva ainda em curso na só em

Macau como no Brasil e no Mundo, esses trabalhadores estão oprimidos, não tendo nem sequer como manterem seus trabalhos, pois a modernização iniciada nos anos de 1970 e revigorada agora pelas novas dinâmicas dentro do processo produtivo impede-os de lutarem contra a força destrutiva do capital em seu próprio território, que o mundo do trabalho.

Dessa forma entende-se que a classe dos salineiros em Macau por ser uma classe tão massacrada nos seus direitos precisam urgentemente da ajuda de órgãos federais, poder público municipal e do apoio da própria sociedade civil a fim de possam ser reconhecidos muitos mais do que como trabalhadores, mas, como serem humanos que precisam e podem trabalhar dignamente.

Deve-se de imediato traçar políticas de amparo a esta classe trabalhadora que tem sofrido enormes humilhações pela sua luta no trabalho de cada dia, pela sua enorme resistência contra as forças que fazem com estes trabalhadores tão humildes e corajosos no seu jeito simples de ser tornem-se homens massacrados e execrados pela direção das empresas salineiras que só vêm nestes, formas de alcançar metas mensais ou anuais de produção a fim de obterem lucros altíssimos que sequer são repassados à classe trabalhadora.

Hoje, a classe dos trabalhadores salineiros em Macau, tão forte pelas suas lutas no passado e no presente, mas, ao mesmo tempo, tão fragilizada, sem sindicato de fato representativo e sem contar com qualquer tipo de assessoria jurídica externa, pede ajuda para se manter viva, atuante como sempre foi, e, acima de tudo para ter condições de pelo menos ter um emprego. Ressalte-se este fato: não um emprego qualquer, mas, um emprego que valorize historicamente o suor e o sacrifício destes valorosos homens que têm produzido o sal construindo assim a história do município chamado Macau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADRIANO, Andreas. Da bolha global aos bolhas globais. **Primeira leitura**. São Paulo, nov. 2003, nº 21, p. 35-37.

ALMANAQUE ABRIL. **Especiais - Retrospectiva 1993-2003**. [s.l.]: Abril, 2004.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **A natureza da crise da globalização**. [s.l.], ago. 2002a. Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2002/W14/GAL_14.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2004.

_____. **A natureza da crise da globalização**. [s.l.], dez. 2002b. Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2002/W18/GAL_18.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2004.

_____. **Da Perestroika à Doutrina Bush: Significados da II Guerra no Iraque**. [s.l.], maio 2003. Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2003/W22/GAL_22.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2004.

_____. Do “novo sindicalismo” à “conservação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**/Artigos. Paraná, nº 15, p. 120-122, nov. 2000. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/sociologia/viewarticle.php?id=29>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. São Paulo: Autores Associados, 2004a.

_____. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003a.

_____. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. & SILVA, Maria A. Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004b.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Rio Grande do Sul:

Unijuí, 1999.

CANO, Wilson. Notas para um projeto nacional de desenvolvimento. **Texto para discussão UNICAMP**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego**: o caso da região salineira de Macau-RN. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1993. 142 p.

COSTA, Vera Rita da. Lições de economia em tempos de crise. São Paulo, ago. 2002. **Revista Ciência Hoje/Entrevista**. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/matéria/resources/files/chmais/pass/ch185/entrevis.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2004.

FERNANDES, Geraldo de Margela. **O Sal**: economia em questão. Dissertação (Mestrado em Sociologia Industrial) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1995.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni; WOLLFENBUTTEL, Andréa; OLIVEIRA, Edmundo de. Brasil dividido: mais da metade dos trabalhadores brasileiros vive na informalidade. Saiba por que isso é um problema e o que se está fazendo para resolvê-lo. **Revista Desafios do Desenvolvimento/Economia**, Brasília, nov. 2004, Ano 1, nº 4, p. 9-10.

GONÇALVES, Reinaldo *et. al.* **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal**: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001. A reestruturação produtiva e seus reflexos no mundo do trabalho: algumas considerações preliminares. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo1/E1_073.htm>. Acesso em: 23 set. 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo, Loyola, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

MARIM, Walter Chaves. [s.l.]. [n.d.]. Disponível em: <http://www.portaldaeconomia.com.br/artigos/economia_asiatica/ainda_sobre_a_crise_asiat_ica.html>. Acesso em: 26 dez. 2004.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

NETO, Jerônimo de Almeida. **Glossário da reestruturação produtiva: a linguagem do trabalho**. Santa Catarina: Visual Books, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAIS. **Número de empregos formais por grau de instrução, faixa etária e sexo na indústria de extração e refino de sal Macau/RN – 1995 à 2002**. Brasília, MTE, 1995. Disponível em: <estatisticasdotrabalho.sppe@mte.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2004.

REGO, José Márcio & MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, Jorge Nascimento. **Globalização em risco**. [s. l.], mar. 2003. Disponível em: <<http://www.janelanaweb.com/crise/globalizacao.html>>. Acesso em: 22 dez. 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SICSÚ, João. A transição do modelo de política econômica: uma transição do plano A para o plano A+. **Página de download de PDFs UFRJ**. Rio de Janeiro, abr. 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/transicao_do_plano_A_para_o_plano_A_mais.pdf>. Acesso em: [n.d.], 2003.

STIGLITZ, Joseph E. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. [s.l.]. [n.d.]. Disponível em: <<http://www.abordo.com.br/mctavares/russia.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2004.

_____ & FIORI, José Luís. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.